

PESQUISA E EDUCAÇÃO

**CONHEÇA
OS ARTIGOS
CIENTÍFICOS DO
II ENCONTRO
BRASILEIRO DE
PESQUISADORES EM
COOPERATIVISMO
(EBPC)**

**COOPERATIVAS: A
IMPORTÂNCIA DA
IMAGEM PERANTE OS
CONSUMIDORES**

.....
**PARTICIPAÇÃO FEMININA
NAS COÓPERATIVAS
PROMOVE ATIVIDADES
SOLIDÁRIAS**





Oportunidade e cidadania têm tudo a ver com cooperação.



Aprendiz Cooperativo é o programa do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) que promove, sob a luz da doutrina cooperativista, a inserção de jovens no mercado de trabalho.

Além de ser uma exigência legal, formar um aprendiz é investir na sustentabilidade do setor. É, também, uma oportunidade de participar do desenvolvimento social da comunidade, bem como despertar nas novas gerações o interesse pela cooperação.

Os livros do programa estarão disponíveis em breve. Procure a unidade do Sescoop no seu estado e participe.



SESCOOP
Serviço Nacional de Aprendizagem
do Cooperativismo

www.brasilcooperativo.coop.br



CONSELHO NACIONAL

Márcio Lopes de Freitas – Presidente

Representantes do Executivo

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Erikson Camargo Chandoha – Titular
Vera Lúcia de Oliveira – Suplente

Ministério da Fazenda

João Pinto Rabelo Junior – Titular
Lucas Vieira Matias – Suplente

Ministério da Previdência Social

Dênio Aparecido Ramos – Titular
Alex Pereira Freitas – Suplente

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

João Batista Ferri de Oliveira – Titular

Ministério do Trabalho e Emprego

Fábio Battistello – Titular
Fabrício Valle Dutra – Suplente

REPRESENTANTES DA OCB

Região Centro-Oeste

Onofre Cezário de Souza Filho – Titular
Remy Gorga Neto – Suplente

Região Norte e Nordeste

Cergio Teschio – Titular
Manoel Valdemiro F. da Rocha – Suplente

Região Sudeste

Ronaldo Ernesto Scucato – Titular
Marcos Diaz – Suplente

Região Sul

Vergílio Frederico Perius – Titular
Marcos Antonio Zordan – Suplente

Conselheiros Representantes dos Empregados em Cooperativas

Geci Pungan – Titular
Maria Silvana Ramos – Suplente

CONSELHO FISCAL

Representantes do Executivo

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Antonio Carrijo Primo – Titular
Helcio Campos Botelho – Suplente

Ministério da Fazenda

Márcio Nahas Ribeiro – Titular
Bruna Adair Miranda – Suplente

Ministério da Previdência Social

Fátima Aparecida Rampin – Titular
Maria de Fátima C. da Cruz – Suplente

Representantes da OCB

Marcos A. Braga da Rocha – Titular
Gilcimar Barros Pureza – Titular
José Aparecido dos Santos – Suplente
Norberto Tomasini – Suplente

Conselheiros Representantes dos Empregados em Cooperativas

Marcelino Henrique Queiroz Botelho – Titular
Robespierre Koury Ferreira – Suplente

Diretoria Executiva

Márcio Lopes de Freitas – Presidente
Luís Tadeu Prudente Santos – Superintendente

Gerência Geral de Operações

Ryan Carlo Rodrigues dos Santos

Gerência Geral de Desenvolvimento de Cooperativas

Maurício Cordeiro Alves

Gerência de Comunicação

Guaira Flor

Conselho Editorial

Andrea Sayar Ferreira Nunes
Adriano Trentin Fassine
Fernando Ripari
Juliana Gomes de Carvalho
Luís Tadeu Prudente Santos
Karla Tadeu Duarte de Oliveira
Maurício Cordeiro Alves
Maria Helena Varnier Manhães
Ryan Carlo Rodrigues dos Santos
Samuel Zanella Milléo Filho
Tânia Zanella

Jornalista Responsável

Daniela Lemke

DRT/DF - 5112

Projeto Gráfico, Edição, Redação, Revisão, Diagramação e Arte-Final

- Comunicação Integrada

Fotografia

Angela Ramos e Arquivo SESCOOP

Ilustração

Diego Pizzini

Tiragem

12.000 exemplares

Impressão

Coronário Editora Gráfica



SistemaOCB
CNCOOP - OCB - SESCOOP

Valorizando a pesquisa e a educação cooperativistas

O Ano Internacional das Cooperativas, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), deve ser entendido como o ponto de partida para um “relançamento” dessa doutrina que influencia o nosso modo de vida.

Existe muito a ser feito para que o reconhecimento a esse movimento social – capaz de beneficiar não só as pessoas, mas a comunidade – aconteça de fato. Seja no aperfeiçoamento da intercooperação, na gestão ou na criação de tecnologias próprias, o desenvolvimento do cooperativismo só será alcançado, em sua plenitude, após um investimento sólido em educação.

Dispostos a aliançar este objetivo, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) têm trabalhado fortemente para estimular a produção de trabalhos científicos na temática do cooperativismo e, conseqüentemente, do desenvolvimento do setor. Desde 2010, junto à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP/USP), essas instituições realizam o Encontro Brasileiro de Pesquisadores do Cooperativismo (EBPC), tema desta edição especial da revista Saber Cooperar.

Aqui, você encontrará um panorama dos assuntos tratados na área acadêmica e apresentados no evento, que ocorreu na Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo (Escoop), em Porto Alegre (RS).

A próxima edição do EBPC ocorrerá em 2014. Até lá, continuaremos estimulando a pesquisa e a educação cooperativistas em todos os níveis, a fim de que os resultados sejam ainda maiores. A todos, uma boa leitura. ●

6 ABERTURA

Entenda a importância da pesquisa científica para o futuro do cooperativismo

15 ARTIGOS VENCEDORES*

15 Configuração da imagem corporativa da Cotrirosa na percepção de seus associados

▶ Por Zélia Savoldi e Luciano Zamberlan

20 Economia solidária e gênero: um estudo com mulheres empreendedoras

▶ Por Ricardo de Castro e Souza Júnior e Mônica Aparecida Del Rio Benevenuto

24 ARTIGOS RESUMIDOS*



COOPERATIVISMO, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

25 Cooperativismo, economia e desenvolvimento: assessoria contábil na gestão das cooperativas do Vale do Mucuri como facilitadora no processo de tomada de decisão

▶ Por Marcos Valério Martins Soares, Lenice Dias Costa Soares, Aylla Amaruyanna de Almeida Ferraz, Reginaldo Silva Ruas e Antônio Carlos Guedes Zappalá

25 Interooperativismo para o desenvolvimento sustentável na região fronteira noroeste do Rio Grande do Sul: o caso da Coopervino

▶ Por Ariosto Sparemberger, Pedro Luís Büttenbender, Luciano Zamberlan e Dejalma Luiz Turra

26 Evolução operacional de uma cooperativa octogenária: Cooperativa de Crédito de Mendes

▶ Por Marcio Roberto Palhares Nami e Agostinho da Silva Pereira

26 Evolução do agronegócio e do cooperativismo agropecuário brasileiro: uma análise comparativa de desempenho e impacto econômico

▶ Por Sigismundo Bialoskorski Neto e Anelise Krauspenhar Pinto

27 A importância das cooperativas agropecuárias para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso da Associação de Produtores Rurais do Núcleo VI – Petrolina (PE)

▶ Por Kleber Ávila Ribeiro, Deise Cristiane Nascimento e Joelma Fabiana Barros da Silva

27 Cooperativismo agrícola e a importância da criação de redes sociais capazes de estimular o capital social dos territórios

▶ Por Pedro Arthur Tenório Silveira de Albuquerque e Maria Luiza Silva e Pires

28 Por que é mais fácil criar empresas que cooperativas? Uma análise das lógicas econômicas capitalista e solidária

▶ Por Leticia Cristina Bizarro Barbosa

28 Cooperativas agropecuárias como agentes de reprodução social na agricultura familiar: o caso da Cotrijal

▶ Por Laila Mayara Drebes e Rosani Marisa Spavevello

28 Projeto “equipe técnica” – conhecendo a realidade das cooperativas registradas no Sistema Ocemg/Sescoop/MG nos Ramos Agropecuário e Transporte

▶ Por Vitória Resende Soares Drumond e Fabrício Henrique de Figueiredo

29 Princípios cooperativistas: analisando sua aplicação na Cooperativa de Crédito Sicredi – Araguaia Tocantins de Palmas (TO)

▶ Por Wanessa Lanne de Jesus, Airton Cardoso Cançado e Cleiton Silva Ferreira Milagres

29 Cooperativismo, economia e desenvolvimento: cooperativismo e inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho

▶ Por Fabrício José Klein

29 O cooperativismo de crédito no Brasil e em Santa Catarina como fator de desenvolvimento socioeconômico

▶ Por Arcângelo S. Safanelli, Luiz S. Klaes, Lucimara A. Terra, Raquel L. B. de Cerqueira, Roberto S. R. Marques e Sinesio Stefano Dubiela Ostroski

30 Cooperativismo, economia e desenvolvimento: Francisco Beltrão cultiva a cooperação

▶ Por Amanda Locks Silva e Rosane Calgaro



ECONOMIA SOCIAL E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

31 A importância do microcrédito para o desenvolvimento econômico e social: o caso do Crediamigo no município de Juazeiro (BA)

▶ Por Kleber Ávila Ribeiro, Anne Karinne Gomes de Barros Rodrigues e Mona Mirelle Castro Reis



EDUCAÇÃO E AUTOGESTÃO

33 Software livre como estratégia de inclusão digital: o caso da UFRB

▶ Por Janaina Evangelista de Oliveira, Laila Suelen Jorge, Cleidson Santos de Jesus e Alessandra B. Azevedo

33 Cooperativismo e educação: contribuição para a prática da cidadania numa cooperativa agropecuária no Ceará

▶ Por Cecília Rosa Lacerda e Ilana Maria de Oliveira Maciel

34 A apropriação das TICs na Organização do Quadro Social (OQS) na Cooperativa Triticola Sepeense – Cotrisel

▶ Por Thiago Soares Centurião, Gabriel Murad Velloso Ferreira, Flávia Prado de Medeiros e Cíntia de Fátima da Rosa Conceição

34 Educação cooperativista direcionada ao quadro funcional: a experiência do Prêmio Sicoob Coopemata

▶ Por Gleice Santana Morais e Liliane Vieira Henriques

35 A comunicação social como ferramenta para a consolidação dos princípios do cooperativismo

▶ Por Wilson José Wagner, Luciano Zamberlan, Pedro Luís Büttenbender e Ariosto Sparemberger

35 Organização do Quadro Social (OQS) no cooperativismo agropecuário mineiro: passos, percalços e descontinuidades

▶ Por Renata Rauta Petarly, Telma Coelho Silva, Nora Beatriz Presno Amodeo, Alex dos Santos Macedo e Angela Maria Adriano



FINANÇAS EM COOPERATIVAS

36 Impactos dos padrões internacionais de contabilidade nas cooperativas brasileiras ▶ Por Ana Luísa G. Cavallari de Amorim e Sigismundo Bialoskorski Neto

37 O impacto das fusões e incorporações sobre a eficiência técnica e de escala das cooperativas de crédito brasileiras ▶ Por Isis de Castro Amaral e Marcelo José Braga

37 Análise de variáveis financeiras e estruturais de cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul ▶ Por Dieisson Pivoto, Caroline Pauletto Spanhol, Giana de Vargas Mores e Jessica Mota Faria



GOVERNANÇA CORPORATIVA EM COOPERATIVAS

39 Estudos de casos: modelos de gestão e políticas adotadas nas cooperativas de produção e comercialização da agricultura familiar na microrregião de Cerro Largo (RS) – Brasil ▶ Por Vitor Kochhann Reisdorfer e Fernando Reichert Haas

39 Uma análise da separação entre a propriedade e a gestão nas cooperativas de crédito brasileiras ▶ Por Luana Zanetti Trindade e Sigismundo Bialoskorski Neto

40 O estágio atual da governança corporativa: o caso de uma cooperativa de trabalho médico, a Cooperativa ALFA ▶ Por Débora de Lima Andrade, Ilana Maria de Oliveira Maciel e Mirlane Magalhães Moreira

40 A influência da cultura de um povo na governança de uma cooperativa agroindustrial: um estudo de caso ▶ Por Elisiane Aparecida Antoniazzi, Jorge Augusto Gutierrez Pona, Carla Maria Schmidt e Régio Márcio Toesca Gimenes

40 Governança na piscicultura: a percepção dos produtores associados a uma cooperativa ▶ Por Heloiza Cristina Holgado-Silva, Erlaine Binotto e Elisabete Stradiotto Siqueira

41 Planejamento estratégico de Tecnologia de Informação em cooperativas de transporte de Belo Horizonte ▶ Por Alexandre Gatti Lages e Aleixina Maria Lopes Andalécio

41 Utilizando as mídias sociais para fidelizar o quadro social ▶ Por Alexandre Gatti Lages e Aleixina Maria Lopes Andalécio

42 Governança corporativa como estratégia de gestão para as cooperativas do agronegócio ▶ Por Gisele Alves Soares Rocha, Erlaine Binotto e Airson Batista

42 Modelo diagnóstico de governança corporativa em cooperativas de saúde ▶ Por Rafael Heliton Pereira Vilela e Serafim Firmo de Souza Ferraz

43 Avaliação da imagem de uma cooperativa educacional na perspectiva de alunos e colaboradores ▶ Por Luciano Zamberlan, Pedro Luís Buitendijk, Ariosto Sparemberger e Elton Zielke



LEGISLAÇÃO, TRIBUTAÇÃO E DIREITO EM COOPERATIVAS

45 Tributação das sociedades cooperativas: incidência de ISS sobre a prestação de serviços das cooperativas de trabalho ▶ Por Janaina Gomes da Silva

45 A demonstração do valor adicionado: um estudo de caso em sociedades cooperativas do Ramo Saúde ▶ Por Andreza dos Santos Souza e Paulo de Tarso Silva Braga



PRINCÍPIOS, HISTÓRIA E DOUTRINA COOPERATIVISTA

47 E a cidade morria devagar: alguém que coopera, sua identidade indefinível e o indeciso entre a ciência do direito e a consciência do justo ▶ Por Guilherme Krueger

48 A concepção de cooperativismo configurada pelo pensamento utópico ▶ Por Elisa Zwick e José Roberto Pereira

48 A doutrina do cooperativismo nos tempos atuais ▶ Por José Odelso Schneider

49 Princípios cooperativistas: uma discussão sobre sua evolução e a proposta de uma agenda de pesquisa ▶ Por Airton Cardoso Cançado



RESPONSABILIDADE E SUSTENTABILIDADE SOCIAL

51 Responsabilidade e sustentabilidade social: uma análise da evolução dos investimentos sociais das cooperativas mineiras ▶ Por Cristina Caetano de Aguiar

52 A gestão ambiental nas cooperativas do estado do Amazonas: uma estratégia rumo ao desenvolvimento sustentável? ▶ Por Jefferson Davis de Andrade Lessa e Nora Beatriz Presno Amodeo

52 A Fundação Aury Luiz Bodanese e o cooperativismo ▶ Por Isabel Cristina Trierveiler Machado e Patricia Heffel

52 Responsabilidade Social Empresarial nas cooperativas agropecuárias paranaenses ▶ Por Jorge Augusto Gutierrez Pona, Thiago Henrique Moreira Goes, Régio Márcio Toesca Gimenes e Pery Francisco Assis Shikida

53 Como o cooperativismo e a responsabilidade socioambiental podem caminhar juntos: um relato de experiências em comunidades rurais do Nordeste ▶ Por Antônio Olavo Souza e Denise Cássia Silva

CONHECIMENTO EM PROL DA COOPERAÇÃO



Angela Ramos

Segunda edição do EBPC atestou o potencial da produção científica cooperativista no País



A busca por avanços no ambiente de trabalho, aliada à pesquisa acadêmica, é um processo indispensável ao desenvolvimento de novas culturas profissionais e sociais. Nesse princípio, a máxima “teoria aliada à prática” é melhor empregada quando acadêmicos com experiência no campo de atuação se propõem a analisá-la. Em termos práticos, se as cooperativas são capazes de fazer a diferença em comunidades e indivíduos, a pesquisa é capaz de fazer a diferença no cooperativismo.

Nos dias 30 e 31 de agosto de 2012, a Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo (Escoop), com sede em Porto Alegre (RS), recebeu a segunda edição do Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (II EBPC). O evento reuniu 150 estudantes, estudiosos e líderes cooperativistas de todo o País, com o objetivo de fomentar o intercâmbio e a produção técnico-científica em diversas áreas do conhecimento.

Os trabalhos apresentados foram realizados de forma independente e com critérios estatísticos próprios, o que permitiu a reunião de diferentes visões do cooperativismo. Dessa forma, questões e soluções antes pensadas como regionais foram compartilhadas, melhoradas e universalizadas, promovendo a doutrina e gerando reflexões sobre o atual contexto das cooperativas no cenário socioeconômico mundial. Os artigos inscritos foram cuidadosamente avaliados por um comitê técnico composto por representantes das unidades regionais do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) e organizações das cooperativas dos estados do Ceará, Paraná e Amazonas. Os trabalhos também foram analisados por uma comissão científica formada por professores universitários e estudiosos do movimento. Todos reconhecidos e com artigos publicados no Observatório do Cooperativismo, ferramenta criada para divulgar e disseminar importantes pesquisas relacionadas ao setor. Parte desses estudos integra ainda a Rede Brasileira de Pesquisadores em Cooperativismo (RBPC), criada em 2008 com o mesmo desafio de promover a realização de pesquisas sobre o movimento.

No entendimento do Sescoop Nacional, a participação de representantes da RBPC e do Observatório foi de extrema importância para o encontro. “Os primeiros, por representarem um forte referencial acadêmico que respalda o desenvolvimento das cooperativas nacionais; e os segundos, por abrilhantarem e darem legitimidade ao que de bom tem sido feito nessa área, dando continuidade às nossas pes-

quisas”, destaca o gerente geral de Desenvolvimento de Cooperativas do Sescoop, Maurício Alves.

O II EBPC – realizado pelo Sescoop e pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), em parceria com a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP/USP) – contou com seminários, painéis e diversas sessões temáticas inspiradas no tema “Cooperativas constroem um mundo melhor”, *slogan* da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Ano Internacional do Cooperativismo (2012).

Todas as pesquisas apresentadas foram elaboradas com base em, pelo menos, um dos oito tópicos específicos propostos pela organização: Princípios, História e doutrina cooperativista; Cooperativismo, economia e desenvolvimento; Economia social e organizações sociais; Governança corporativa em cooperativas; Finanças em cooperativas; Legislação, tributação e direito em cooperativas; Educação e autogestão; e Responsabilidade e sustentabilidade social.

Dentre os palestrantes convidados para a abertura do evento, o representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) no Brasil, o moçambicano Hélder Félix Muteia, ressaltou em seu discurso a importância das cooperativas no combate à fome no mundo. ▶

MARCO

Com 83 trabalhos inscritos, o II EBPC teve o dobro de pesquisadores participantes em relação à edição anterior



“ A iniciativa de realizar o EBPC é uma das mais importantes ações para a inovação do cooperativismo brasileiro. Com o encontro de várias visões, é possível conhecer onde estão as questões que devem ser melhoradas e ajustadas”

SIGISMUNDO BIALOSKORSKI NETO
 Diretor e professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP/USP)

“ É preciso observar, verificar, analisar e apresentar ao público brasileiro o que se faz dentro da academia a favor do cooperativismo no País”

VERGÍLIO PERIUS
 Presidente da Organização das Cooperativas do estado do Rio Grande do Sul – Sistema Ocergs e do Sescop/RS



Angela Ramos



Ilustração: Diego Pizzini

A PESQUISA BRASILEIRA E O COOPERATIVISMO

A criação e divulgação de pesquisas sobre a realidade do cooperativismo e as formas como esse segmento tem ajudado o desenvolvimento socioeconômico do País ganharam força no Brasil em 2008. Nesse ano, foi realizado, em Ribeirão Preto (SP), o Encontro Latino-Americano de Pesquisadores em Cooperativismo. O grande número de estudiosos envolvidos com o tema agradou aos representantes do setor e incentivou o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP/USP) a realizarem, em 2010, o 1º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (I EBPC). O objetivo era manter acesas a discussão, a produção e a disseminação de informações sobre as cooperativas, no Brasil e também em outros países. Reunindo mais de 100 especialistas na área, o encontro foi um sucesso e resultou na criação da Rede Brasileira de Pesquisadores em Cooperativismo (RBPC), hoje composta por 30 membros, visando à divulgação, expansão e articulação dos estudos desenvolvidos pela Rede. A Universidade de São Paulo (USP), a FEA-RP/USP e a OCB, por meio de um convênio, criaram o Observatório do Cooperativismo, cuja missão é desenvolver projetos de pesquisa, acompanhar e disseminar indicadores e, ainda, publicar livros, estudos, monografias acadêmicas, estatísticas e relatórios, dentre outras formas de conteúdo.

COMITÊ JULGADOR DO II EBPC

MEMBROS DA COMISSÃO CIENTÍFICA

Airton Cardoso Cançado
Universidade Federal do Tocantins,
Palmas (TO)

**Alessandra Bandeira Antunes
de Azevedo**
Universidade Federal do Recôncavo
da Bahia, Cruz das Almas (BA)

Davi Rogério de Moura Costa
Universidade de São Paulo (SP)

José Odelso Schneider
Universidade do Vale do Rio
dos Sinos, São Leopoldo (RS)

Luiz Salgado Klaes
Universidade Federal de Santa
Catarina (SC)

Marcelo José Braga
Universidade Federal de Viçosa (MG)
Roberto Max Protil
Universidade Federal de Viçosa (MG)

Sigismundo Bialoskorski Neto
Universidade de São Paulo,
Ribeirão Preto (SP)

MEMBROS DA COMISSÃO TÉCNICA

José Aparecido dos Santos
Presidente do Sistema OCB/Sescoop/CE

José Roberto Ricken
Superintendente do Sistema
Fecoopar/Ocepar/Sescoop/PR

Petrúcio Pereira de Magalhães Júnior
Presidente do Sistema OCB/
Sescoop/AM

Angela Ramos



Angela Ramos





EXPERIÊNCIA
Para os estudantes da Universidade Federal do Tocantins, no II EBPC foi possível conhecer a verdadeira dimensão do cooperativismo



HÉLDER MUTEIA
Representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) no Brasil

► “Algumas coisas não precisam ser inventadas. Devemos aproveitar o que existe e, as cooperativas, por criarem capital social, são um grande modelo para a mitigação desse quadro desfavorável, agravado à medida que os recursos naturais vão se esgotando”, destacou Muteia.

Também estiveram presentes à cerimônia, o presidente da Cooperativa Antônio Sérgio para a Economia Social (CASES), de Portugal, Eduardo Graça; o superintendente da Unidade Nacional do Sescop, Luís Tadeu Prudente Santos, representando o presidente da entidade, Márcio Lopes de Freitas; o diretor e professor da FEA-RP/USP, Sigismundo Bialoskorski Neto; o diretor-geral da Escoop, Derli Schmidt; e o presidente do Sistema Ocergs - Sescop/RS, Vergílio Perius.

O embaixador internacional do cooperativismo do Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Roberto

Rodrigues, foi outra presença marcante no encontro. Ele ressaltou que a solução para as crises financeiras e desigualdades sociais está na soma de um conjunto de fatores, como a governança coletiva, a meritocracia (sistema administrativo no qual os indivíduos são promovidos conforme seus progressos e habilidades) e uma melhor distribuição de renda – atributos comuns ao cooperativismo. “Vivemos tempos de incertezas no capitalismo e as cooperativas são a resposta para um modelo econômico mais justo”, disse. “Está na hora de dar o próximo passo e relançar globalmente a marca cooperativista. Para isso, é preciso olhar para a academia, pois esses pensadores constituem a base do horizonte de futuro”.

Durante os painéis e debates, uma das palestras que mais despertou a atenção dos participantes foi a da pesquisadora da Universidade de Mondragón, na Espanha, Mônica Gago Garcia. ►

“ A fome atinge um em cada sete habitantes da Terra. Podemos mudar essa realidade por meio de pesquisas que garantam maior produtividade e sustentabilidade social e ambiental, encontrando tecnologias que gerem mais empregos e ajudem a juventude a se integrar. Surgem, assim, políticas públicas inclusivas”

HÉLDER FÉLIX MUTEIA

Representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) no Brasil

“ Para se criar o espírito de colaboração em uma comunidade, é preciso, de alguma forma, impulsionar o nascimento de líderes, realizar parcerias, criar uma cultura de solidariedade”

MÔNICA GAGO GARCIA

Pesquisadora da Universidade de Mondragón, na Espanha

“ Temos de pensar em um novo modelo: o ‘cooperativismo capitalista’. As cooperativas são empresas baseadas em valores. Uma dicotomia entre o social e o econômico que substitui o individualismo pela governança coletiva”

ROBERTO RODRIGUES

Embaixador especial da FAO



Ilustração: Diego Pizzini

Angela Ramos



Angela Ramos





MÔNICA GAGO GARCIA

Pesquisadora da Universidade de Mondragón, na Espanha



SIGISMUNDO BIALOSKORSKI

Diretor e professor da FEA-RP/USP

- ▶ A pesquisadora falou sobre um complexo de 120 cooperativas de Mondragón que, hoje, sustenta a economia de toda uma região. As cooperativas associadas pertencem aos ramos Industrial, Crédito, Consumo e Agrícola. Também participam cooperativas de pesquisa, serviços em consultoria e educação, somando atualmente 93 mil associados. Mônica explicou que, em essência, todas essas cooperativas pertencem ao Ramo Trabalho, o que lhes permite a oferta de produtos e serviços diferentes entre si. “Esse pensamento é o resultado da solidariedade e da colaboração enraizadas na cultura da sociedade. Esse é o segredo de Mondragón”, disse.

O exemplo internacional impressionou o estudante Edson Paulo Chaves, 25 anos, integrante da comitiva da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Ele viajou de ônibus durante três dias para participar do II EBPC e não se arrependeu. “Vimos coisas que nem sonhávamos existir nesse modelo socioeconômico. Saio daqui consciente de que trabalhar com pessoas pensando no todo é a coisa certa a fazer”, celebrou.

PARTICIPAÇÃO RECORDE

A segunda edição do Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo recebeu 83 artigos acadêmicos, inscritos em quatro categorias: trabalho de conclusão de curso (TCC) e pôster; teses e dissertações; trabalhos científicos; e casos de sucesso. Esta última, inédita, visou à apresentação de experiências de sucesso vividas por cooperativas. O número de estudos apresentados foi quase duas vezes maior que na edição passada, realizada em Brasília (DF), em setembro de 2010.

Para o diretor e professor da FEA-RP/USP, Sigismundo Bialoskorski, o sucesso do encontro sinaliza um ganho de espaço do cooperativismo brasileiro no meio acadêmico, a exemplo do que ocorre em grandes centros universitários da Europa e dos Estados Unidos. “É preciso que o cooperativismo avance em inovação e tecnologia. Essas ações se fazem por meio da educação básica dos sócios, lideranças e gerentes, formando empreendedores nas faculdades de Direito, Economia, Contabilidade etc. O cooperativismo não será capaz de crescer longe da academia”, enfatizou.

O superintendente da Unidade Nacional do SESCOOP, Luís Tadeu Prudente Santos, também comemorou o fato de as inscrições de pesquisa terem superado as expectativas da Instituição que, a partir de agora, trabalhará no sentido de tornar práticos tais estudos. “Devemos colocar à disposição das cooperativas brasileiras tudo o que foi visto no II EBPC, para que elas apliquem este conhecimento”. ▶

A ESCOOP

Angela Ramos



VERGÍLIO PERIUS
Presidente do Sistema
Ocergs - Sescoop/RS

O II Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo marcou as atividades da primeira instituição de ensino dedicada exclusivamente ao cooperativismo no Brasil. Com uma estrutura física composta por salas de aula, informática, biblioteca e auditório, a Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo (Escoop) oferece curso superior em Gestão de Cooperativas, indicado a empregados e associados de todo o Brasil. “Fizemos um levantamento e descobrimos que, só no Rio Grande do Sul, cerca de dois mil trabalhadores de cooperativas não tinham formação superior, daí a importância dessa instituição”, disse o presidente do Sistema Ocergs - Sescoop/RS, Vergílio Perius. “E esse é só o início da trajetória. Queremos oferecer cursos de pós-graduação, doutorado, mestrado, incentivando sempre a pesquisa, a inovação e a gestão cooperativa”, garantiu.

QUADRO COMPARATIVO DE PARTICIPANTES

I EBPC

ITEM	QTD.
Participantes	122
Apresentadores (trabalhos)	34
TOTAL	156

II EBPC

ITEM	QTD.
Participantes	116
Apresentadores (artigos)	54
Apresentadores (pôsteres)	55
TOTAL	225



Arquivo Sescoop

INTERCÂMBIO

Os autores dos artigos vencedores participaram do Encontro Internacional de Cooperativas, em Quebec, no Canadá

▶ I PRÊMIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SESCOOP

Os trabalhos que mais se destacaram na avaliação da comissão julgadora do II EBPC receberam o I Prêmio de Estudos e Pesquisas Sescoop. Na categoria professor-pesquisador, o vencedor foi Marcelo José Braga, docente na Universidade Federal de Viçosa; na categoria pós-graduando, Luciana Cardoso Siqueira, estudante de pós-graduação *stricto sensu* da FEA-RP/USP; e na categoria profissional de cooperativa, Zélia Savoldi, representante da Cotrirosa (RS). Todos ganharam uma viagem à cidade de Quebec, no Canadá, para participar do Encontro Internacional de Cooperativas, que aconteceu entre os dias 8 e 11 de outubro de 2012.

Promovido pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), a programação do evento, composta por *workshops* e grupos de debate relacionados ao “incrível poder das cooperativas”, retratou a força do movimento no cenário mundial. Na ocasião, foi lançado o livro *Por um mundo melhor: 100 histórias de cooperação*, publicação especial editada pela ACI. A publicação retrata casos de sucesso de cooperativas que se destacaram ao promover o crescimento socioeconômico das regiões onde estão localizadas. Três entidades brasileiras ganharam as páginas do livro: Coopercentral (SC), Coop (SP) e Sicredi Pioneira (RS). ●



Angela Ramos

ZÉLIA SAVOLDI

Cotrirosa/Unijui.
comunicação@cotrirosa.com.br



Arquivo Pessoal

LUCIANO ZAMBERLAN

Unijui.
lucianoz@unijui.edu.br

CONFIGURAÇÃO DA IMAGEM CORPORATIVA DA COTRIROSA NA PERCEPÇÃO DE SEUS ASSOCIADOS

O II Encontro Brasileiro de Pesquisadores do Cooperativismo, realizado no período de 30 a 31 de agosto de 2012, apresentou diversos trabalhos relativos ao tema. Quatro deles mereceram premiação, sendo que dois foram incluídos, de forma sucinta, nas páginas desta edição especial.

O artigo foi elaborado com base nos resultados da pesquisa realizada na Cooperativa Triticola Santa Rosa (Cotrirosa), a fim de colher a opinião de seus associados sobre a imagem corporativa da empresa, e teve a participação de 196 pessoas.

INTRODUÇÃO

O trabalho está estruturado em vários capítulos. Em sua introdução, é feito um estudo sobre diversos aspectos do cooperativismo, prática existente desde os tempos mais remotos e que surgiu no Brasil há mais de um século. A partir de então, o cooperativismo no País evoluiu, introduzindo uma nova forma de definir o homem, o trabalho e o desenvolvimento social, em prol do progresso do Brasil e da sociedade. Atualmente, está amparado pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que dita as normas de funcionamento das cooperativas brasileiras.

COOPERATIVISMO

Este capítulo versa sobre a descrição histórica do cooperativismo, definindo-o como “um movimento que visa a libertar o ser humano do individualismo”, e que, por meio de uma “reforma pacífica e gradual da coletividade, busca a solução de problemas comuns pela união, auxílio mútuo e integração entre todos”. Enfatiza-se que é uma alternativa mundial de modelo socioeconômico sem discriminações quanto a raça, credo, gênero, classe social, entre outras. Os autores discorrem sobre o tema, salientando seus princípios e mencionando as leis que regem as cooperativas e sua responsabilidade econômica e social ante as comunidades onde estão inseridas. Citam também os conceitos e princípios aprovados, em 1995, no Congresso da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), que não diferem dos apresentados pelos pioneiros do cooperativismo em Rochdale em 1844. Ressaltam, ainda, a importância de as cooperativas trabalharem pelo desenvolvimento sustentável e, por meio de políticas aprovadas por seus membros, assumirem um papel de responsabilidade social nas comunidades nas quais estão incluídas. No entanto, a lei que disciplinava a criação de cooperativas restringia a autonomia dos associados ao interferir em sua estrutura, fato saneado na Constituição de 1988, que proíbe a interferência do Estado nas ▶

POR QUE ESTE ARTIGO É IMPORTANTE?

A imagem da organização é um elemento estratégico tão importante quanto a qualidade dos produtos ou serviços oferecidos. E conhecer a opinião dos clientes sobre a imagem da cooperativa é igualmente relevante para manter e/ou aprimorar essa imagem. O cooperativismo é uma prática que existe desde os tempos mais remotos e que surgiu no Brasil há mais de um século. A partir de então, o segmento evoluiu e introduziu uma nova forma de definir o homem, o trabalho e o desenvolvimento social, em prol do progresso do Brasil e da sociedade. O artigo trata da configuração da imagem corporativa da Cotrirosa na percepção de seus associados. Os resultados comprovaram a credibilidade da cooperativa ante a comunidade.



**COOPERATIVISMO,
ECONOMIA E
DESENVOLVIMENTO**

associações e recomenda a autogestão das cooperativas. Estas passam a representar a união de esforços de uma comunidade, de forma autônoma, para obter benefícios que não conseguiriam individualmente.

A gestão cooperativa difere da gestão de outras empresas de capital, pois, apesar de estar inserida no sistema capitalista, contempla os interesses dos cooperados, razão de sua existência. Portanto, as cooperativas têm uma dupla natureza: sua relação com o mercado deve ser economicamente viável e competitiva. Já sua relação com os associados exige que ela tenha capacidade técnica para atender a todos.

O cooperativismo no Brasil está estruturado em 13 ramos diferentes, que são: agropecuário, crédito, turismo e lazer, infraestrutura, saúde, educacional, especial, habitacional, mineral, serviços, consumo, trabalho e produção.

COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o Ramo Agropecuário é o que apresenta maior número de cooperativas do País, e já se estendeu por todo o território brasileiro. Está formado por cooperativas de produtores rurais, agropastoris e de pesca, caracterizando-se pela prestação de serviços, como recebimento ou comercialização da produção conjunta, armazenamento e industrialização e também pela assistência técnica, educacional e social de seus membros.

Depois de discorrer sobre outros aspectos do cooperativismo de forma extensa, como identidade organizacional, inclusive apoiando-se na opinião de vários estudiosos do cooperativismo, os autores passam a tratar o assunto específico do artigo, cujo tema é “Configuração da imagem corporativa da Cotrirosa na percepção de seus associados”. Para essa análise, foram empregados os dados colhidos em uma pesquisa realizada na cooperativa situada na região noroeste do Rio Grande do Sul.

Foram realizadas pesquisas de natureza qualitativa e quantitativa. A primeira etapa valeu-se de dados fornecidos pela Cotrirosa. A pesquisa qualitativa foi aplicada por meio de entrevistas, para o levantamento de informações sobre planejamento estratégico, a fim de conhecer a opinião dos gestores da empresa (presidente, vice-presidente e diretor-secretário) acerca do papel da cooperativa para o crescimento profissional de seus associados e melhoria da região onde atua. Também buscou-se determinar se os associados desejam que a cooperativa seja avaliada. Essas informações são importantes para que, diante de um ambiente competitivo, os gestores possam identificar a imagem da cooperativa junto ao público pesquisado e proporcionar uma compreensão mais profunda sobre as práticas organizacionais utilizadas na empresa.

No que se refere à pesquisa descritiva, foram aplicados 200 questionários, divididos em três blocos, a 3.120 associados, com 26 questões, sendo sua distribuição proporcional ao número de membros das 18 unidades dos 14 municípios das áreas de atuação da cooperativa, os quais frequentaram as unidades no período de 17 a 29 de outubro de 2011 e que aceitaram participar da pesquisa. Os questionários foram entre-

gues aos associados por funcionários da cooperativa. Obteve-se o preenchimento de 196 questionários, o que corresponde a 98%.

Antes da entrega dos questionários às unidades, um pré-teste foi aplicado a cinco associados de Santa Rosa para constatar quaisquer falhas na elaboração do documento (clareza, linguagem ou entendimento).

Utilizou-se uma escala de concordância de cinco pontos para mensurar as atitudes dos respondentes. As médias obtidas foram convertidas em percentuais.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta etapa, foram apresentados os dados da pesquisa e suas respectivas análises, fundamentadas nas teorias de diversos autores. Os itens do questionário foram agrupados em dimensões distintas, divididas em três blocos: avaliação sobre os aspectos gerais da Cotrirosa; imagem da cooperativa; e caracterização do entrevistado, como sexo, idade, unidade em que realiza os negócios, atividade principal exercida na propriedade e tempo como associado da cooperativa.

A amostra comprovou que, dos 194 entrevistados, 93,4% são do sexo masculino e somente 7% do sexo feminino; quanto à faixa etária, 56% está entre 21 e 50 anos, e 44% situam-se entre 51 e 77 anos. No tocante ao tamanho da propriedade, 95,4% dos respondentes são considerados mini e pequenos produtores rurais, e os 4,6% restantes, médios produtores, não havendo associados classificados como grandes produtores. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os miniprodutores são os que possuem menos de 20 hectares de terra; os pequenos, de 20 a 80 hectares; os médios, de 81 a 300 hectares; e os grandes produtores possuem propriedades de mais de 300 hectares. Vale esclarecer que esses dados foram obtidos no local onde a pesquisa foi realizada e podem variar de região para região.

A maioria (65,4%) dos que responderam o questionário são sócios antigos, com mais de 16 anos de empresa cooperativa. Além destes, existem os associados médios (20,7%) que estão entre seis e 15 anos. Por fim, classificaram-se como sócios novos aqueles com até cinco anos de “casa”.

A distribuição dos questionários nas unidades foi realizada pelo percentual de sócios em cada uma dessas categorias, o que permitiu concluir que dos respondentes 52,1% foram das unidades de Santa Rosa, Campina das Missões, Porto Lucena e Alecrim. Para as outras 13 unidades, o índice de participação ficou em 47,9%. Com o intuito de identificar a opinião dos respondentes quanto aos aspectos gerais da Cotrirosa, foram elaboradas dez questões referentes ao bloco 1 do questionário. Para análise dos dados, nas escalas de 1 a 5 pontos, o ponto 3 foi considerado médio; as médias abaixo de 3 indicam uma opinião negativa; e as médias acima de 3 revelam avaliação positiva. Os aspectos avaliados estão apresentados nas Tabelas 1 e 2.

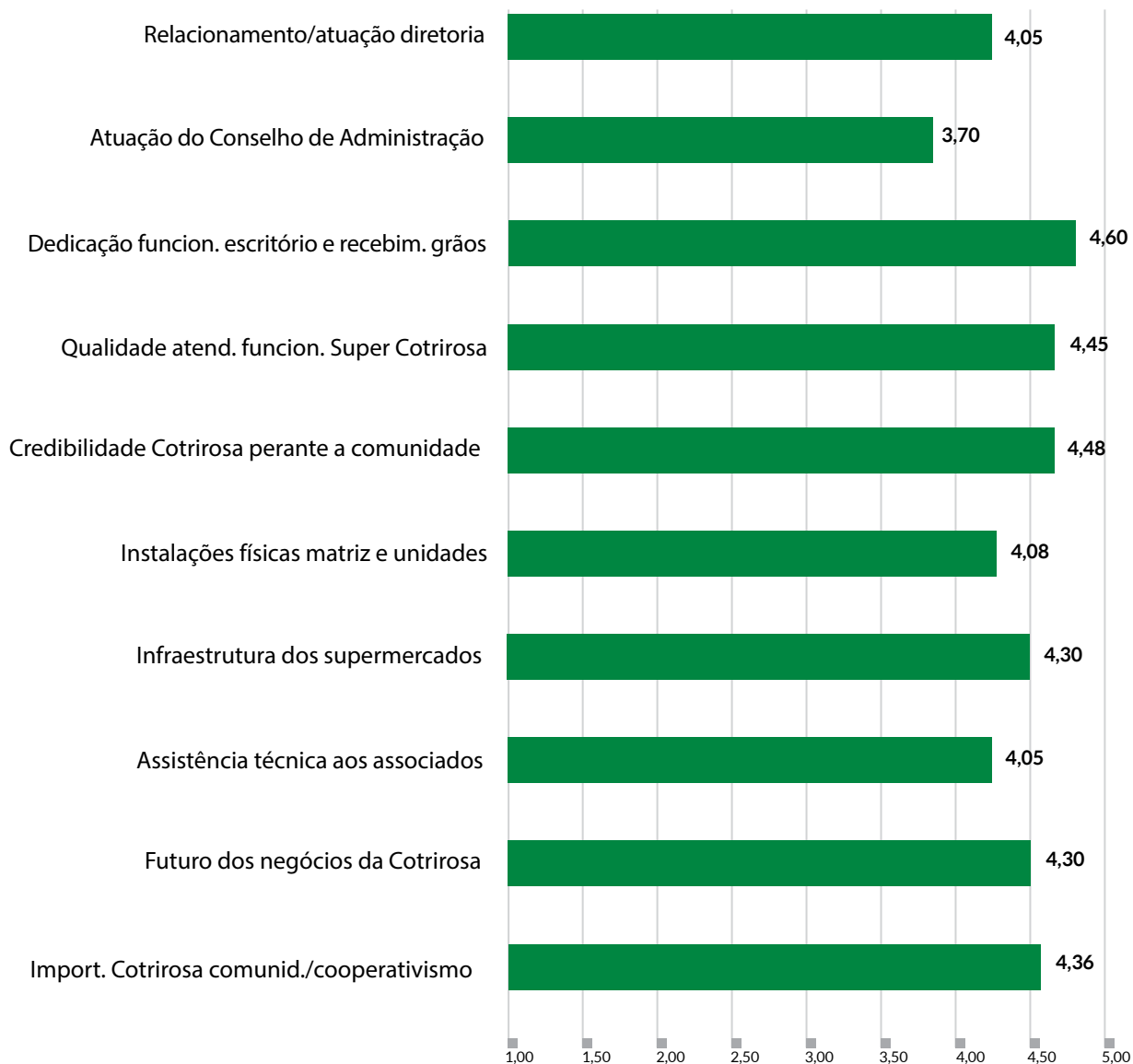
Os resultados alcançados revelam que, segundo os entrevistados, a avaliação foi considerada positiva, levando-se em conta que a maioria dos atributos obteve média acima de 4, destacando-se a atenção dos funcionários do escritório e o recebimento de grãos com média total de 4,60.

TABELA 1 - AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA COTRIROSA

ASPECTOS AVALIADOS	NÍVEIS DA ESCALA						MÉDIA	DESV. PAD.*	
	MENOR GRAU	1	2	3	4	5			MAIOR GRAU
Atuação da direção (Q1.1)	Ineficiente	1	14	27	84	67	Eficiente	4,05	0,91
		0,5	7,3	14	43,5	34,7			
Atuação Conselho de Administração (Q1.2)	Baixo envolvimento	7	16	53	70	48	Alto envolvim.	3,7	1,04
		3,6	8,2	27,3	36,1	24,7			
Atendimento funcionários escrit. e moegas (Q1.3)	Não dedicados	2	2	4	54	129	Dedicados	4,6	0,69
		1	1	2,1	28,3	67,5			
Qualidade atend. func. Super Cotrirosa (Q1.4)	Mal qualificado	1	3	12	69	109	Bem qualificado	4,45	0,73
		0,5	1,5	6,2	35,6	56,2			
Cotrirosa perante a comunidade (Q1.5)	Baixa credibilidade	2	4	13	54	120	Alta credibilidade	4,48	0,8
		1	2,1	6,7	28	62,2			
Instalações físicas matriz/unidades (Q1.6)	Inadequadas	4	9	27	80	73	Adequadas	4,08	0,94
		2,1	4,7	14	41,5	37,8			
Infraestrutura supermercados (Q1.7)	Antiquada	3	2	10	96	80	Moderna	4,3	0,75
		1,6	1	5,2	50,3	41,9			
Assistência técnica aos associados (Q1.8)	Tradicional	8	7	24	83	71	Inovadora	4,05	1,01
		4,1	3,6	12,4	43	36,8			
Futuros negócios Cotrirosa (Q1.9)	Estagnação	2	2	22	77	90	Expansão	4,3	0,79
		1	1	11,4	39,9	46,6			
Importância da Cotrirosa comunid./cooperativismo (Q1.10)	Estagnação	2	-	17	82	93	Expansão	4,36	0,73
		-	-	-	-	-			

* Desvio Padrão: margem de erro.

TABELA 2 - AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA COTRIROSA



A segunda característica que obteve média positiva (4,48) refere-se à credibilidade da Cotrirosa na visão da comunidade (pontos 4 e 5), na qual se depreende que a empresa está atenta aos assuntos da comunidade onde atua, em concordância com o 7º Princípio do Cooperativismo, que versa sobre a importância de a entidade se dedicar à comunidade, trabalhando pelo seu desenvolvimento sustentável, mediante políticas de responsabilidade social aprovadas por seus membros.

A qualidade do atendimento dos funcionários do Super Cotrirosa apresentou média de 4,45. Um resultado bastante satisfatório, uma vez que a rede de supermercado é vista como atividade de destaque na cooperativa, mantendo a estabilidade econômico-financeira do negócio, sobretudo nos períodos de problemas nas safras agrícolas.

A atuação do Conselho de Administração como representante dos associados obteve a menor média da Tabela 2, a de 3,7. A segunda menor média, a de 4,05, coube às questões de assistência técnica aos associados e de relacionamento/atuação da direção frente aos associados.

Quanto à opinião dos entrevistados referente a aspectos da imagem institucional da empresa, foram apresentados dez questões no bloco 2, utilizando uma escala de cinco pontos, variando de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente). Os valores intermediários seriam utilizados em situações intermediárias, ou seja, não tenho opinião. Sintetizando: 1 e 2 = discordo; 4 e 5 = concordo.

Na Tabela 3, estão apresentados os resultados da avaliação da imagem da Cotrirosa segundo os entrevistados.

TABELA 3 – AVALIAÇÃO DA IMAGEM DA COTRIROSA

ITEM	DISC.	IND.	CONC.	MÉDIA
1. A Cotrirosa estimula o aprimoramento profissional dos seus associados (cursos, palestras etc).	4,7	12,4	87,6	77,2
2. A Cotrirosa comunica-se bem com seus associados (programas de rádio, site, panfletos etc).	3,6	6,7	93,2	83,8
3. Os benefícios aos associados são considerados satisfatórios (distribuição de sobras, sistemas de troca etc).	9,9	20,2	79,8	74
4. A opção em comercializar com a Cotrirosa é devido à segurança que ela oferece.	1,6	5,7	94,2	87,8
5. Os encontros das mulheres, promovidos pela Cotrirosa, estimulam o envolvimento da família na Cooperativa.	1,5	16,6	83,5	79,3
6. Os produtos e serviços oferecidos pela Cotrirosa são considerados de qualidade.	1	1,6	98,4	86,1
7. A marca Cotrirosa é considerada confiável na região.	0,5	3,1	96,9	89
8. A Cotrirosa atua de forma profissional na sua gestão.	3,7	15,3	84,7	78,8
9. A Cotrirosa tem uma boa imagem perante as lideranças e instituições da região.	1,6	2,6	97,4	87,4

Na opinião deles, esses resultados revelam-se favoráveis. Segundo Grönroos (1993)*, “uma imagem favorável e bem conhecida é um patrimônio para qualquer empresa, porque a imagem tem impacto sobre a visão que a pessoa tem da comunicação e das operações da empresa em vários aspectos”.

A média maior sobre a marca Cotrirosa aponta que essa avaliação deve-se ao fato de ela ser confiável na região – 89,0. A segunda maior média diz respeito à preferência em comercializar com a Cotrirosa devido à segurança que ela oferece – 87,8. A terceira colocação aplica-se à boa imagem da empresa perante líderes e instituições da região. As questões que receberam as médias mais baixas foram: os benefícios aos associados, considerados apenas satisfatórios – 74. Isto porque, como a maioria do quadro social encaixa-se nas categorias mini e pequenos produtores rurais, a renda também é menor e, conseqüentemente, a participação nas sobras também é menor; a empresa estimula o aprimoramento dos associados – 77,2; e a Cotrirosa tem uma atuação profissional em sua gestão – 78,8.

CONCLUSÃO

Os dados coletados com o questionário permitiram identificar a configuração da imagem corporativa da Cotrirosa. A conclusão é que, sob a percepção dos associados, ela é positi-

va, com destaque à dedicação dos funcionários dos escritórios e à distribuição de grãos, já que a maioria das médias alcançadas nesses quesitos é superior a 4, em uma escala de 1 a 5. Os resultados também comprovaram a credibilidade da cooperativa ante a comunidade.

Quanto à imagem da organização, as médias são consideradas altas, entre 74% e 89%. Para Zenone (2006)**, “a imagem de uma organização tem um papel fundamental na decisão de compra dos consumidores”. As maiores médias estão relacionadas à confiabilidade da marca e à segurança na comercialização. Esses dois fatores são atributos que os gestores podem utilizar para o desenvolvimento de ações na busca de novos sócios e fidelização na entrega da produção agrícola.

No que diz respeito à atuação do Conselho de Administração, as médias diminuíram sem chegarem a ser negativas, o que pode ser útil para implementar melhorias nas relações entre a cooperativa e os associados.

Por fim, este estudo comprova que a imagem da organização é elemento estratégico tão importante quanto a qualidade dos produtos e serviços ofertados. E conhecer a opinião dos clientes sobre a imagem da cooperativa é igualmente relevante para manter e/ou aprimorar essa imagem. ●

* GRÖNROOS, Christian. *Marketing: gerenciamento e serviços*. 12 ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1993.
 ** ZENONE, Luiz Cláudio. *Marketing Social*. São Paulo: Thomson Learning, 2006.



Angela Ramos

**RICARDO DE CASTRO
E SOUZA JUNIOR**

Iniciação Científica
PROIC/UFRRJ.
ricardo.ufrrj@bol.com.br



Arquivo Pessoal

**MÔNICA APARECIDA
DEL RIO BENEVENUTO**

UFRRJ.
monicadelrio@ufrrj.br

ECONOMIA SOLIDÁRIA E GÊNERO: UM ESTUDO COM MULHERES EMPREENDEDORAS

O artigo *Economia Solidária e Gênero: um estudo com Mulheres Empreendedoras*, de autoria de Ricardo de Castro e Souza Jr. e Mônica Aparecida Del Rio Benevenuto, ambos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), baseia-se nos resultados parciais da pesquisa denominada *De cuidadoras a empreendedoras: mulher, gênero, oportunidades e comportamento nos contextos do trabalho e da família*. Financiada pelo Programa de Iniciação Científica (PROIC) da UFRRJ, o estudo tem o objetivo de determinar o grau de envolvimento de mulheres em atividades solidárias, avaliando como essa participação influencia em sua inserção no mercado de trabalho e amplia sua participação no contexto social.

Historicamente, as mulheres sempre trabalharam. O trabalho feminino gerador de renda, dentro ou fora do lar, é reconhecido, em muitos casos, como complementação do orçamento doméstico. Mesmo quando a mulher é provedora da família, seu trabalho é considerado socialmente inferior ao do homem.

Atualmente, a discrepância entre trabalho feminino e masculino verifica-se nos salários. Mesmo com a evolução das mulheres em atividades antes exclusivamente masculinas e de terem adquirido mais instrução, elas ainda ganham cerca de 30% a menos que os homens exercendo a mesma função.

A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA

Ainda há um longo caminho a ser percorrido. Mesmo comprovada a competência da mulher nas mais diversas áreas do mercado de trabalho, persistem preconceitos, como a desigualdade salarial e de direitos sociais em relação aos profissionais do sexo masculino. A pesquisa conclui, também, que a situação é mais grave entre mulheres de classe popular ou rural, vítimas constantes de desemprego. Além do mais, o trabalho doméstico é considerado “não trabalho”, como denominam alguns especialistas. Esse conceito deriva do hábito de se entender o trabalho doméstico como não produtivo, acarretando um grave problema social: a feminização da pobreza. É sabido que, no Brasil,

POR QUE ESTE ARTIGO É IMPORTANTE?

A conclusão a que chegam os autores é a de que as mulheres tendem a se envolver em atividades relacionadas à cultura solidária, a movimentos comunitários, ecológicos e de igualdade de direitos. Em muitos casos, esse comportamento explica-se pela vontade de minimizar preconceitos referentes à desigualdade salarial e social em relação aos profissionais do sexo masculino. A situação agrava-se nas classes populares e no meio rural. Por meio de pesquisas qualitativas e pelo monitoramento de cooperativas populares, foi possível constatar que as mulheres estão utilizando o cooperativismo e a economia solidária para se inserirem, de forma mais ativa, no mercado de trabalho e no empreendedorismo. Esse impulso está corrigindo, especialmente em comunidades menos favorecidas, muitas injustiças econômicas e sociais.



**GOVERNANÇA
CORPORATIVA
EM COOPERATIVAS**

certas categorias de pessoas, entre elas as mulheres, sofrem dificuldades para fazer uso de suas potencialidades. Essa situação torna-se ainda mais dramática se acrescida de outros fatores, como raça e desequilíbrios regionais.

A MULHER EMPREENDEDORA

Foi somente no século 20 que a mulher assumiu papel relevante fora do ambiente doméstico, libertando-se de preconceitos tradicionais. O mercado de trabalho começa, então, a prosperar para essas mulheres pioneiras, que deixaram de ser retratadas como meras “cuidadoras” para exercer, com eficiência, cargos administrativos antes destinados exclusivamente ao sexo masculino. No entanto, com a escassez de recursos ocasionada pelo salário mais baixo, para abrir seu próprio negócio, ela é obrigada a procurar a opção mais adequada à sua situação financeira: a micro-empresa. E, mesmo assim, precisa assumir todo o processo empresarial, desde a administração até o produto final, para não ultrapassar o orçamento. Essa solução tem um aspecto positivo, pois ela adquire visão administrativa e empresarial mais abrangente, tornando-a mais capacitada e segura nesse novo caminho.

Com esse impulso inicial, os cargos ocupados somente por homens passam cada vez mais a ser exercidos por mulheres.

O capítulo Grupos Organizados por Mulheres e Economia Solidária tem como foco a participação feminina em diversos grupos de pessoas que, conscientes de que faixas empobrecidas da população não têm acesso ao desenvolvimento econômico, à cultura e a uma melhor qualidade de vida, mobilizam-se e criam organizações populares e comunitárias, grupos ecológicos, grupos de jovens, e também grupos de mulheres. Entre eles, os grupos femininos obtiveram o apoio de Organizações Não Governamentais (ONGs), de agências de cooperações nacionais e internacionais, e de organismos bilaterais dedicados a promover o trabalho das mulheres no campo e na cidade. A pobreza é o principal elemento que inspira a criação desses movimentos. Segundo os autores, a predisposição da mulher, para se envolver nesse tipo de atividade, a leva a participar de movimentos organizados em benefício de classes sociais menos favorecidas.

No contexto do cooperativismo solidário como referência para o desenvolvimento e consolidação de grupos organizados, torna-se necessário analisar o lugar da mulher no movimento da economia solidária, em pleno desenvolvimento. No cooperativismo, a mulher busca, além da ampliação das oportunidades e perspectivas oferecidas, a valorização enquanto pessoa, uma vez que nele as estratégias giram em torno do princípio de que todos os integrantes são igualmente importantes e cada um tem sua responsabilidade, necessária para que o trabalho cresça gradativamente, culminando em sua consolidação. Dessa forma, “valoriza o potencial de cada comunidade; dá oportunidades a pessoas ou grupos de economia solidária para a produção e prestação de serviços; gera renda; eleva a autoestima; promove o desenvolvimento local; e incentiva a criação de novas experiências de economia solidária” (CICAF, 2009: 47-48)*.

METODOLOGIA

Por meio de uma pesquisa parcial sobre o desempenho de mulheres empreendedoras, estabeleceu-se um vínculo com as participantes de cooperativas de trabalho e de grupos de chefes de família do sexo feminino. Assim, pretendeu-se conhecer aspectos de sua vida pessoal e familiar, como a superação de dificuldades para adquirir independência financeira e participar mais ativamente da sociedade. Dessa forma, ela deixa de ser avaliada como simples cuidadora para assumir o *status* de empreendedora. Um passo gigantesco, já que, historicamente, a mulher sempre esteve fadada a exercer exclusivamente as tarefas domésticas, sem quaisquer perspectivas de obter trabalho remunerado. A pesquisa foi realizada tanto na área urbana, onde contou com a ajuda da Rede Cooperativa de Mulheres Empreendedoras da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, como na zona rural, estreitando relações com a União das Cooperativas de Agricultoras Familiares do Rio de Janeiro (Unacoop). Foram entrevistadas 26 mulheres de seis cooperativas por meio de questionários com perguntas abertas e fechadas e entrevistas simuladas. O resultado parcial foi considerado satisfatório. A maioria das entrevistadas declarou que, após tornarem-se empreendedoras, notaram mudanças significativas em seu cotidiano, principalmente devido à independência financeira e ao reconhecimento e respeito como mulher empreendedora, o que resultou no aumento de sua autoestima.

Com base nos dados obtidos, recomendaram-se metodologias participativas, que consistem em diagnosticar, planejar ou monitorar as carências, proporcionando ferramentas adequadas ao estabelecimento de objetivos e construção de estratégias eficientes que permitam às entrevistadas assumirem uma postura ativa diante da própria realidade. ▶

“É sabido que, no Brasil, certas categorias de pessoas, entre elas as mulheres, sofrem dificuldades para fazer uso de suas potencialidades. Essa situação torna-se ainda mais dramática se acrescida de outros fatores, como raça e desequilíbrios regionais”

* CICAF (Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas); CEFURIA (Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo); REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ. *Cartilha Outro Consumo é Possível*. Editora Gráfica Popular - CEFURIA.

“ Em se tratando de uma nova modalidade, a cultura solidária implica em mudanças imediatas de atitudes, tais como divisão de tarefas, organização de pessoas, gerenciamento participativo, democrático e transparente, e outras que ocorrem a longo prazo ”

► A seguir, o subtítulo “Conhecendo as Cooperativas”, do capítulo “Resultados e Discussão”, aborda o trabalho das cooperativas, definindo-as “como um caminho que possibilita uma organização socioeconômica do trabalho, funcionando como espaços democráticos, relacionando pessoas ou entidades em torno de valores e objetivos comuns”.

Com relação à Assessoria & Planejamento para o Desenvolvimento (Asplande), criada em 1992, os pesquisadores opinam que a missão dessa organização é proporcionar às populações de baixa renda – especialmente grupos formados por mulheres chefes de família – os meios necessários para que possam planejar, implementar e monitorar empreendimentos comunitários e cooperativos que buscam um desenvolvimento integral e harmônico.

Quanto à organização de redes sociais, elas seriam um caminho que possibilita a formação das cooperativas populares, cuja principal característica é a ausência de um centro de poder entre os participantes, que têm direitos iguais e representam um centro único de potência/poder/decisão. Assim, as informações originam-se em vários pontos e circulam, de maneira transparente, entre todos.

Para ampliar seu apoio às cooperativas populares, em 1997, a Asplande criou a Rede Cooperativa de Mulheres Empreendedoras da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a fim de fortalecer cooperativas populares formadas exclusivamente por mulheres. Hoje, a Rede supervisiona empreendimentos das mais variadas áreas, como culinária, artesanato, costura, reciclagem, entre outros, já que a maioria desses grupos não recebe outro tipo de ajuda. Em geral, são mulheres com dificuldades financeiras decorrentes do desemprego, ou do final do casamento, e que têm a chance de estabelecer parceria ou

intercâmbio com outras participantes e adquirir novos conhecimentos. É gratificante constatar que os progressos alcançados fazem-nas crescer como entes sociais. Algumas dessas cooperativas populares, localizadas na área urbana do Rio de Janeiro, já se tornaram conhecidas, como a Mulheres de Pedra, Oficina Bem-te-vi, Mulheres Unidas do Guandu, Mulheres de Deodoro, Corte&Arte, Mulheres Bordadeiras do Morro da Coroa, dentre outras. Foram incluídas na pesquisa, até o momento, cinco artesãs da Corte&Arte e uma das mulheres bordadeiras do Morro da Coroa, e outras sete mulheres que fazem parte do Conselho da Mulher Empreendedora do município de Barra do Pirai. Com a supervisão do programa, elas ajudam a economia familiar e se realizam profissionalmente.

O artigo menciona também a pesquisa com mulheres rurais, coordenada pela União das Associações e Cooperativas de Pequenos Produtores Rurais do Estado do Rio de Janeiro (Unacoop), entidade que presta assessoria direta e indiretamente aos agricultores familiares por meio da criação de redes de cooperação e canais de comercialização, cujo principal objetivo é amparar comunidades rurais, quilombolas, indígenas e de pescadores artesanais.

A ocasião foi oportuna, pois um grupo de agricultores de associações e cooperativas vinculadas à Unacoop estava realizando o curso de graduação em licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ, voltado aos agricultores familiares para formar professores do campo. A metodologia utilizada é a de alternância composta pelo “tempo escola” em que os(as) alunos(as) recebem aulas teóricas e práticas na Universidade, e o “tempo comunidade”, quando recebem ensinamentos práticos na área rural. Portanto, o momento foi propício para realizar o levantamento de dados com as mulheres participantes de empreendimentos rurais que estavam presentes. Foram entrevistadas 13 delas, das quais cinco têm contato com algum tipo de empreendimento; cinco estão ligadas às cooperativas Univerde, Coopaterra, Macuco, Coopmac; e as demais são produtoras autônomas.

“ Em geral, são mulheres com dificuldades financeiras decorrentes do desemprego, ou do final do casamento, e que têm a chance de estabelecer parceria ou intercâmbio com outras participantes e adquirir novos conhecimentos ”

Diversos dados foram obtidos das entrevistadas, tanto das participantes de cooperativas populares urbanas e rurais como das pertencentes do Conselho da Mulher, relativos à faixa etária predominante, ao nível de escolaridade e às funções exercidas nas cooperativas e no Conselho.

Outras informações citam que tanto as trabalhadoras urbanas como as rurais atuam no mercado empreendedor há mais de cinco anos, gostam do que fazem e se sentem valorizadas ante a família e a sociedade. Também foram unânimes em declarar que perceberam mudanças significativas em suas vidas após se tornarem empreendedoras, tais como a autorrealização, o crescimento financeiro etc. O principal motivo foi o de demonstrarem que são capazes de exercer uma função remunerada e cumprir as tarefas de mãe e mulher. As mulheres rurais mencionaram outras razões, como valorização da mão de obra, comunicação com a comunidade, autonomia financeira e algumas ligadas a reivindicações de direitos sociais, o que as fez conquistarem o apoio da família. Esse crescimento pessoal pode ser percebido por meio de expressões como “tornar-se adulta”, “crescimento profissional” e “militância social”, aumentando o reconhecimento dos familiares sobre a importância da mulher, não somente nas tarefas domésticas, mas também como pessoa e cidadã.

Constatou-se também que a economia solidária é mais conhecida pelas mulheres das cooperativas populares, alcançando 70% destas, do que entre as do Conselho, apontando que ela é desconhecida por 98% das participantes, e os 2% restantes a interpretam de forma distorcida. Depreende-se que, nos meios populares e rurais habitados por camadas empobrecidas, a economia solidária ganha espaço para um impulso mais ambicioso da prática empreendedora.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, conclui-se que a cultura solidária surge entre grupos organizados, gerando associações e cooperativas. Em se tratando de uma nova modalidade, a cultura solidária implica em mudanças imediatas de atitudes, tais como divisão de tarefas, organização de pessoas, gerenciamento participativo, democrático e transparente, e outras que ocorrem a longo prazo. Além disso, enfrentam diversas barreiras que, às vezes, podem acarretar insucessos. O mais importante é a compreensão e incorporação do conceito de solidariedade, pois, para que grupos solidários, como as cooperativas de mulheres, possam empreender objetivos coletivos, cada membro precisa absorver novos conceitos e se conscientizar da necessidade da posse coletiva dos meios de produção, de uma gestão democrática e repartição justa da renda por meio de um processo de negociação entre todas. Isso requer mudanças, às vezes radicais, como a quebra de valores, novas formas de relacionamento trabalhista, familiar, social e político.

As cooperativas apresentam-se como caminho possível à organização socioeconômica do trabalho como espaço democrático, relacionando pessoas ou entidades em torno de valores e objetivos comuns.

Quando chegam às cooperativas, no primeiro momento, as mulheres ainda não conhecem como elas funcionam. As dificuldades são relacionadas ao desemprego ou ao fim do

“**Observa-se que, nos diversos contextos, a independência pessoal e financeira, o aumento da autoestima e a busca pelo respeito e reconhecimento enquanto mulher empreendedora são mudanças reveladoras**”

casamento, afetando a família e fazendo do empreendimento o único meio de sobrevivência. Os progressos dessas mulheres acontecem quando elas passam a crescer como pessoa, quando começam a produzir e gerar renda a partir dos produtos fabricados diariamente. Entretanto, em algumas famílias, existem relatos de problemas como a não aceitação de alguns maridos quanto ao ingresso dessas mulheres no mercado empreendedor.

Após tornarem-se empreendedoras, todas perceberam mudanças na vida. As mulheres das cooperativas populares, por ganharem mais liberdade de expressão, têm mais responsabilidade para fazer seu próprio horário e escolher o serviço que desejam executar para crescer financeiramente. As mulheres do Conselho da Mulher observaram transformações com relação a gratificação profissional, admiração, respeito e amadurecimento conquistados, por conseguirem cumprir todas as tarefas como mãe, mulher e empreendedora e pela qualidade de vida adquirida. E as mulheres rurais notaram modificações na comunicação com a comunidade ao conquistarem autonomia financeira e renda independente, por centralizarem a produção e ampliarem sua liberdade, e ainda pela valorização da mão de obra, por estarem ativas na sociedade, pela autoestima, confiança e melhoria a cada dia.

Portanto, observa-se que, nos diversos contextos, a independência pessoal e financeira, o aumento da autoestima e a busca pelo respeito e reconhecimento enquanto mulher empreendedora são mudanças reveladoras.

A economia solidária marca presença no conhecimento das mulheres das cooperativas populares: “é um tipo de economia que abre espaço para toda classe social poder comprar, saber administrar bem a casa e o País”.

Diante disso, até o momento, conclui-se que as mulheres das cooperativas populares e rurais têm conseguido absorver esses princípios e aplicá-los em seus empreendimentos. ●

Olhar científico

Da inclusão digital a modelos de gestão na agricultura familiar e análises do mercado de crédito: um resumo dos 44 trabalhos inscritos* no II EBPC



Ilustração: Diego Pizzini

*Constam aqui os artigos que participaram do II EBPC e foram autorizados para a publicação. A íntegra dos artigos encontra-se no Portal Brasil Cooperativo (www.brasilcooperativo.coop.br). Posteriormente, os trabalhos estarão disponíveis nos anais do evento.



COOPERATIVISMO, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

Cooperativismo, economia e desenvolvimento: assessoria contábil na gestão das cooperativas do Vale do Mucuri como facilitadora no processo de tomada de decisão

Por: Marcos Valério Martins Soares

Lenice Dias Costa Soares

Aylla Amaruynna de Almeida Ferraz

Reginaldo Silva Ruas

Antônio Carlos Guedes Zappalá

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e Faculdades Unificadas Doctum

TEMA DA PESQUISA

A existência de uma assessoria contábil dentro da cooperativa facilita os processos de gestão e de tomada de decisão, sendo importante ferramenta gerencial para o setor. O estudo avaliou como a presença desse tipo de assessoria melhora o desempenho das cooperativas localizadas no Vale do Mucuri, em Minas Gerais. Para os pesquisadores, a contabilidade gerencial é fundamental

no cenário moderno, pois cabe ao contador garantir a administração eficiente dos recursos de qualquer empresa. O estudo também ressalta que a informatização da informação contábil, da gerencial e da financeira imprime confiança e agilidade aos processos decisórios, facilitando o desempenho das cooperativas pesquisadas. ●

Intercooperativismo para o desenvolvimento sustentável na região fronteira noroeste do Rio Grande do Sul: o caso da Coopervino

Por: Ariosto Sparemberger

Pedro Luís Búttendbender

Luciano Zamberlan

Dejalma Luiz Turra

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí)

TEMA DA PESQUISA

O estudo aborda o processo de intercooperação como alternativa para sanar o endividamento do pequeno produtor na fronteira noroeste do Rio Grande do Sul. Estratégia viável por possibilitar novos investimentos no setor produtivo. A pesquisa utilizou como recortes a estrutura do Programa de Desenvolvimento Microrregional Sustentável (Prodemirs) e a experiência de intercooperação da Cooperativa do Vinho Fronteira Noroeste e Economia Solidária (Coopervino). Com base

em uma análise criteriosa, foram propostas várias estratégias e ações para aprimorar as atividades da organização. O levantamento dos dados da pesquisa foi realizado a partir de um questionário com perguntas abertas aos dirigentes, colaboradores e associados. A pesquisa comprovou que o cooperativismo está contribuindo para o aperfeiçoamento da cadeia produtiva da uva na região, além de melhorar a qualidade de vida dos associados. ●

Evolução operacional de uma cooperativa octogenária: Cooperativa de Crédito de Mendes

Por: Marcio Roberto Palhares Nami
Agostinho da Silva Pereira
Universidade Severino Sombra (USS)

TEMA DA PESQUISA

As cooperativas de crédito foram criadas com o intuito de fornecer aos seus associados os recursos necessários ao desenvolvimento de suas atividades, com juros mais baixos e vantagens de ajuda mútua. O artigo teve como objetivo a análise comparativa da evolução da Cooperativa de Crédito de Mendes (Cremendes) nos seus 81 anos de existência, avaliando como ela se posicionou perante as transformações da sociedade nos aspectos social, político

e econômico, em função do processo de globalização. Após a contextualização histórica e estrutural, foi realizada análise do aprimoramento tecnológico da Cremendes. Constatou-se que a empresa conseguiu adaptar-se e reinventar-se quando foi necessário, antecipando-se às tendências e mudanças do mercado e assumindo posição de vanguarda, com ideias avançadas. ●

Evolução do agronegócio e do cooperativismo agropecuário brasileiro: uma análise comparativa de desempenho e impacto econômico

Por: Sigismundo Bialoskorski Neto
Anelise Krauspenhar Pinto
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto
da Universidade de São Paulo (FEA-RP/USP)

TEMA DA PESQUISA

Nas últimas décadas, o agronegócio teve significativa evolução no Brasil em termos de volume de produção e desempenho das empresas agroindustriais. O setor vem adotando estratégias de gestão inovadoras como, por exemplo, fusões e incorporações, além do aumento de sua presença no mercado internacional. O estudo analisa esse avanço, procurando determinar se as cooperativas agropecuárias acompanharam o nível e o desempenho dos agronegócios no Brasil. O material de análise incluiu dados do Censo Agropecuário de 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e informações da revista Exame - *Melhores e Maiores do Agronegócio do Brasil*, com projeção para dez anos. Os resultados apontam que as cooperativas tiveram o mesmo nível

de desempenho comparativo que outras empresas, com forte presença no sul e sudeste do País. Em termos de comércio internacional, sua evolução foi significativa, mas centrada exclusivamente nas cooperativas tradicionais, de forma proporcional ao crescimento da agricultura, à taxa de câmbio e aos preços internacionais. Constatou-se também que os estabelecimentos rurais agrupados em cooperativas apresentam maior valor no que se refere à produção agropecuária e à renda média. A análise revela que, no Centro-Oeste, os poucos estabelecimentos associados em cooperativas apresentam expressivo valor de produção e necessitam de menos assistência técnica, sugerindo um novo padrão de organização. ●

A importância das cooperativas agropecuárias para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso da Associação de Produtores Rurais do Núcleo VI – Petrolina (PE)

Por: Kleber Ávila Ribeiro

Deise Cristiane Nascimento

Joelma Fabiana Barros da Silva

Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (Facape)

TEMA DA PESQUISA

O objetivo do trabalho é expor os benefícios oferecidos pelas cooperativas agropecuárias ao fortalecimento da agricultura familiar, destacando o desempenho dos agricultores da Associação de Produtores Rurais do Núcleo VI (APRNVI), no município de Petrolina (PE). O texto reforça também a importância de criar associações e cooperativas do setor como um canal de organização e comercialização da produção. Ao final da

pesquisa, os autores mostram que as cooperativas agropecuárias constituem-se em importantes instrumentos na promoção do desenvolvimento sustentável local e na geração de renda, em especial na região do submédio São Francisco e do semiárido nordestino. O estudo defende, também, a sustentabilidade dos empreendimentos solidários para a melhoria da qualidade de vida dos pequenos produtores de agricultura familiar. ●

Cooperativismo agrícola e a importância da criação de redes sociais capazes de estimular o capital social dos territórios

Por: Pedro Arthur Tenório Silveira de Albuquerque

Maria Luiza Lins Silva e Pires

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

TEMA DA PESQUISA

O artigo versa sobre a importância da criação de redes sociais para as cooperativas agrícolas estabelecerem relação mais próxima de cooperados e demais atores sociais, como organizações não governamentais (ONGs) e entidades públicas. Na visão dos autores, essas redes contribuem para a criação de uma noção de comunidade mais sólida, na qual as pessoas assumem compromissos de longo prazo, ou seja, um vínculo que gere normas, laços sociais, solidariedade e, sobretudo, confiança entre os protagonistas. Com o intuito de

identificar quais as redes sociais atuantes e como elas articulam-se no cooperativismo, os pesquisadores realizaram estudo de caso de uma cooperativa situada no agreste de Pernambuco. Foi comprovada a grande capacidade de articulação entre os cooperados na elaboração de práticas coletivas de interesse geral, como a criação de um sindicato, a busca de serviços de saúde e geração de renda para os produtores locais, fazendo com que não abandonem sua região à procura de outras oportunidades. ●

Por que é mais fácil criar empresas que cooperativas? Uma análise das lógicas econômicas capitalista e solidária

Por: Letícia Cristina Bizarro Barbosa
Mestre em Economia Social (UNGS/Buenos Aires) e professora da
Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul)

TEMA DA PESQUISA

O artigo aponta que o atual cenário econômico – leis, incentivos e políticas públicas – foi elaborado em favor do crescimento de empresas individuais e capitalistas. Dessa forma, o fomento do cooperativismo necessita de novos modelos sustentáveis e sociais, voltados a empreendimentos associativos que favoreçam o coletivo. Para chegar a essas conclusões, a pesquisadora realizou estudo de caso relacionado à Usina de Biodiesel da Pinheira (SC). Na fase de abertura do negócio, avaliou-se a possibilidade de se constituir uma cooperativa,

pois as metodologias de implementação respeitavam valores, princípios e fundamentos econômicos solidários diferentes das técnicas aplicadas ao mercado. Porém, o auxílio de organizações estatais e de pesquisa é tímido e não apresenta programa sistêmico de apoio a este tipo de empreendimento. Conclui-se ser necessária a contribuição do Estado com políticas públicas que beneficiem as economias cooperativas. Além disso, as instituições de pesquisa precisam estruturar-se para reconhecer as cooperativas como atores econômicos eficientes e ambientalmente sustentáveis. ●

Cooperativas agropecuárias como agentes de reprodução social na agricultura familiar: o caso da Cotrijal

Por: Laila Mayara Drebes
Rosani Marisa Spanevello
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

TEMA DA PESQUISA

A Cooperativa Agropecuária Cotrijal foi objeto de estudo para identificar ações e projetos destinados à permanência dos jovens no campo. Portanto, essa pesquisa permitiu inferir se as cooperativas agropecuárias estão capacitadas para atuarem como agentes de sucessão geracional nas áreas rurais. A análise baseou-se em entrevistas com um

dos dirigentes da cooperativa e alguns jovens associados. Os resultados compilados apontam que as cooperativas agropecuárias estão aptas a desenvolver metodologias adequadas sobre o assunto, configurando-se como agentes sociais capazes de ampliar a possibilidade de permanência dos jovens no campo. ●

Projeto “equipe técnica” – conhecendo a realidade das cooperativas registradas no Sistema Ocemg/Sescoop/MG nos Ramos Agropecuário e Transporte

Por: Vitória Resende Soares Drumond
Fabrício Henrique de Figueiredo
Sistema Ocemg/Sescoop/MG

TEMA DA PESQUISA

O artigo descreve o projeto de monitoramento desenvolvido pela Gerência de Acompanhamento de Cooperativas do Sistema Ocemg/Sescoop/MG, colocado em prática nas cooperativas dos Ramos Transporte e Agropecuário. O objetivo principal foi promover a troca de informações institucionais e identificar as principais demandas das cooperativas por ramo ou região para oferecer sugestões

e soluções ao desenvolvimento dos segmentos no estado. A pesquisa demonstrou a importância do projeto para a sistematização das informações das cooperativas, propiciando o mapeamento das demandas comuns e a formatação de programas de capacitação direcionados às necessidades das organizações visitadas. ●

Princípios cooperativistas: analisando sua aplicação na Cooperativa de Crédito Sicredi – Araguaia Tocantins, de Palmas (TO)

Por: Wanessa Lanne de Jesus

Airton Cardoso Cançado

Cleiton Silva Ferreira Milagres

Universidade Federal do Tocantins (UFT) e SESCOOP/TO

TEMA DA PESQUISA

O estudo discorre sobre a história do cooperativismo e seus preceitos, esclarecendo as diferenças entre uma cooperativa e as demais organizações. Em seguida, aborda os princípios cooperativistas, analisando a aplicabilidade de cada um deles na Cooperativa de Crédito Sicredi, situada no Tocantins. Foi utilizado o método de estudo de caso, por meio de entrevistas semiestruturadas. Os resultados mostraram que, na prática, a cooperativa atende aos princípios cooperativistas e que o seu principal

problema refere-se à participação dos cooperados. Para reverter o quadro, o estudo propõe a necessidade de investir em educação cooperativista para incentivar maior participação e entendimento de seu quadro social sobre a doutrina e seus benefícios. Mostrou também que a Sicredi tem grande potencial de desenvolvimento no estado, que está em franco crescimento, e pode tornar-se referência no cooperativismo de crédito. ●

Cooperativismo, economia e desenvolvimento: cooperativismo e inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho

Por: Fabrício José Klein

Faculdade de Tecnologia (FTEC) em Porto Alegre

TEMA DA PESQUISA

O estudo, formulado exclusivamente para o II Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (II EBPC), analisa as normas que dizem respeito à inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais no mercado de trabalho, destacando as vantagens do cooperativismo nesse contexto. O autor ressalta que o sistema cooperativista desempenha a função de agente de combate às desigualdades sociais utilizando ferramentas

eficazes de qualificação das pessoas com deficiência para sua inclusão no mercado de trabalho. Cita como exemplo as cooperativas sociais que inserem as pessoas em desvantagem no segmento econômico, por meio do trabalho, possibilitando a integração dos cidadãos. Ao final, são formuladas sugestões para que a doutrina seja empregada a favor da inclusão no âmbito profissional. ●

O cooperativismo de crédito no Brasil e em Santa Catarina como fator de desenvolvimento socioeconômico

Por: Arcângelo S. Safanelli

Luiz S. Klaes

Lucimara A. Terra

Raquel L. B. de Cerqueira

Roberto S. R. Marques

Sinesio Stefano Dubiela Ostroski

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

TEMA DA PESQUISA

O estudo analisa as diferentes manifestações do cooperativismo de crédito em nível mundial, considerando

principalmente as ocorridas a partir da mecanização da indústria. Aborda, inicialmente, as expressões que

deram origem à “classe dos trabalhadores urbanos assalariados” e discorre sobre seus reflexos negativos, como o desemprego em massa e um imenso êxodo das áreas rurais, cujas consequências foram a aceleração da miséria e dos desajustes sociais. Em seguida, o artigo trata do nascimento e da evolução do cooperativismo de crédito no Brasil, desde sua adoção, sob a influência da corrente

migratória alemã, até os dias de hoje. Percebe-se que os acontecimentos estão intimamente ligados a eventos político-econômicos e sociais dessa fase da sociedade brasileira. Quanto aos meios empregados, a pesquisa foi bibliográfica e documental, com a intenção de demonstrar a importância do cooperativismo de crédito como fator de desenvolvimento. ●

Cooperativismo, economia e desenvolvimento: Francisco Beltrão cultiva a cooperação

Por: Amanda Locks Silva
Rosane Calgareo
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

TEMA DA PESQUISA

A prática da cooperação teve origem por volta de 1840, na luta de trabalhadores para reduzir o impacto do movimento de industrialização, que se ampliou em diferentes ramos de atividade. Nessa perspectiva, o artigo apresenta o mapeamento de cooperativas que atuam no município de Francisco Beltrão (PR) e discute, brevemente, os movimentos tradicionais e da economia solidária do cooperativismo e seus principais precursores. Além disso, discorre acerca da organização entre essas instituições

e seus campos de atuação. O método adotado consistiu em pesquisa de abordagem qualitativa, com base, principalmente, em dados secundários examinados pela técnica de análise de conteúdo. As informações obtidas indicam a presença de diversas cooperativas de áreas distintas, com predominância em organizações ligadas à vertente solidária, decorrentes de ações sociais do município. Isso caracteriza Francisco Beltrão como núcleo de fomento às cooperativas. ●



ECONOMIA SOCIAL E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

A importância do microcrédito para o desenvolvimento econômico e social: o caso do Crediamigo no município de Juazeiro (BA)

Por: Kleber Ávila Ribeiro

Anne Karinne Gomes de Barros Rodrigues

Mona Mirelle Castro Reis

Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (Fapace)

TEMA DA PESQUISA

Os autores discorrem sobre a eficácia do microcrédito e suas vantagens enquanto instrumento de inclusão social e opção para o problema do desemprego com a finalidade de promover mudanças socioeconômicas na vida daqueles que buscam recursos provenientes dos programas de microcrédito. A pesquisa fundamenta-se em dados do Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste, Crediamigo, localizado no município de Juazeiro (BA). ●



Ilustração: Diego Pizzini



Ilustração: Diego Piazini



EDUCAÇÃO E AUTOGESTÃO

Software livre como estratégia de inclusão digital: o caso da UFRB

Por: Janaina Evangelista de Oliveira

Laila Suelen Jorge

Cleudson Santos de Jesus

Alessandra B. Azevedo

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

TEMA DA PESQUISA

O artigo discute a inclusão digital por meio dos *softwares* livres, programas de computador com código-fonte aberto, que permitem aos usuários desenvolvê-los, estudá-los e alterá-los. Com base em pesquisa de campo realizada com alunos da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), no *campus* de Cruz das Almas (BA) – em 2009 e 2011 –, constatou-se que iniciativas voltadas à democratização da informação com o uso dessa

plataforma têm gerado bons resultados na instituição. Sendo assim, o estudo aponta para a necessidade de o sistema educacional (escolas de nível médio e universidades) tornar seus alunos e docentes atores ativos na construção de uma cidadania participativa por meio de ferramentas tecnológicas, entre elas, os *softwares* livres por possibilitarem expansão dos canais de emissão da comunicação e a construção de conhecimento. ●

Cooperativismo e educação: contribuição para a prática da cidadania numa cooperativa agropecuária no Ceará

Por: Cecília Rosa Lacerda

Ilana Maria de Oliveira Maciel

Universidade Federal do Ceará (UFC) e SESCOOP/CE

TEMA DA PESQUISA

A proposta das autoras é analisar o modelo de educação cooperativista direcionado ao exercício da cidadania, com base em experiências nos movimentos populares e nas cooperativas educacionais regidas pela gestão participativa. O trabalho aborda o tema da cidadania sob a ótica da educação, como fator importante à transformação social, por meio de ações pedagógicas voltadas à coletividade e à cultura da participação. Com esse intuito, realizou-se estudo de caso na cooperativa Cosena, a fim de avaliar um projeto de inclusão familiar na produção e gestão de negócios. Concluiu-se que com a gestão democrática e a divisão igualitária de renda,

entre outras características, o cooperativismo é capaz de inserir, democraticamente, os atores sociais envolvidos em uma cooperativa, incluindo-os em uma dinâmica de interação e na construção coletiva de um projeto comum, garantindo-lhes cidadania. Contudo, é preciso investir em propostas pedagógicas focadas na cidadania e cooperação, para transformar a realidade atual da sociedade na qual são reforçadas a competitividade, o individualismo e a submissão. Nesse sentido, a educação cooperativista será eficaz somente quando contemplar uma relação interativa com a comunidade onde está inserida. ●

A apropriação das TICs na Organização do Quadro Social (OQS) na Cooperativa Triticola Sepeense (Cotrisel)

Por: Thiago Soares Centurião
Gabriel Murad Velloso Ferreira
Flávia Prado de Medeiros
Cíntia de Fátima da Rosa Conceição
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

TEMA DA PESQUISA

Nesse artigo, os autores analisam a apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na Organização do Quadro Social (OQS) da Cooperativa Triticola Sepeense (Cotrisel). Na pesquisa, desenvolveu-se estudo de caso, por meio de entrevistas e questionários aplicados aos presidentes dos núcleos de cooperados. Os resultados apontaram que a comunicação é predominantemente pessoal, realizada mediante conversas

e reuniões. Já a comunicação pela internet é inexistente, devido à dificuldade de acesso dos cooperados a esse veículo. No entanto, o estudo aponta para a possibilidade de ampliar o intercâmbio entre cooperativas e cooperados, utilizando-se o rádio, pelo fato de a cooperativa em análise possuir emissora própria, e por mensagens enviadas via celular. ●

Educação cooperativista direcionada ao quadro funcional: a experiência do Prêmio Sicoob Coopemata

Por: Gleice Santana Morais
Liliane Vieira Henriques
Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Sicoob Coopemata

TEMA DA PESQUISA

O artigo analisa a importância do projeto *Prêmio Sicoob Coopemata*, da cooperativa de mesmo nome, como componente pedagógico da educação cooperativista. O objetivo é aperfeiçoar as rotinas operacionais da instituição e socializar o conhecimento de aspectos essenciais e específicos da doutrina. As pesquisadoras realizaram estudo com o quadro funcional da organização, partindo da premissa de que o colaborador é agente multiplicador do conhecimento adquirido na cooperativa e, por isso, deve-se proporcionar-lhe os instrumentos necessários a uma atuação mais eficiente. Essa análise é direcionada aos funcionários, e não

somente aos cooperados, propondo estudo de caso fundamentado por pesquisa bibliográfica e aplicação de questionários. Concluiu-se que o projeto é eficiente por contribuir com o aprimoramento da gestão empresarial, corrigindo falhas nas atividades operacionais. Nesse processo, a participação dos colaboradores foi de grande relevância, por serem eles os melhores conhecedores das rotinas de trabalho e das dificuldades de cada área. Comprovou-se que o colaborador, ao conhecer os serviços da cooperativa e as particularidades inerentes à doutrina, sabe transmitir com propriedade as informações demandadas pelos cooperados. ●

A comunicação social como ferramenta para a consolidação dos princípios do cooperativismo

Por: **Vilson José Wagner**

Luciano Zamberlan

Pedro Luís Buttenbender

Ariosto Sparemberger

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí)

TEMA DA PESQUISA

A proposta apresentada no artigo é identificar o papel da comunicação dentro do cooperativismo, sobretudo com relação ao cumprimento dos sete princípios que norteiam o sistema. O intuito é especificar até que ponto as assessorias de comunicação social contribuem para a gestão e educação desses princípios. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica sobre temas como comunicação e cooperativismo, optando-se pela abordagem de estudos de caso junto a cooperativas que integram a Federação das Cooperativas de Energia, Telefonia e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul, especialmente a Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí

Ltda. (Ceriluz Distribuição) e a Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento Social Ltda. (Ceriluz Geração). Os resultados obtidos confirmam que os setores de comunicação social colaboram para a consolidação dos sete princípios, mas com intensidades diferentes. O estudo destaca que essa colaboração é bastante ampla no relacionamento direto entre as cooperativas e os associados, por meio de reuniões, assembleias e também por outros veículos, como programas de rádio e informativos impressos. Nesse contexto, a comunicação mostrou-se ferramenta indispensável, capaz de suprir as carências na área social. ●

Organização do Quadro Social (OQS) no cooperativismo agropecuário mineiro: passos, percalços e descontinuidades

Por: **Renata Rauta Petarly***

Telma Coelho Silva*

Nora Beatriz Presno Amodeo

Alex dos Santos Macedo

Ângela Maria Adriano

***Bolsista de Mestrado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq)**

TEMA DA PESQUISA

Em razão de características como a participação democrática, solidariedade, independência e autonomia, as cooperativas são organizações bastante específicas no que diz respeito a sua gestão social e empresarial. Nesse cenário em que a participação e o conhecimento desses princípios pelos associados são imprescindíveis, o artigo indica que as cooperativas agropecuárias de Minas Gerais utilizam-se, cada vez mais, da Organização do Quadro Social (OQS) para atingir tais objetivos. Na prática, os encontros de OQS servem como oportunidade para capacitação e formação dos associados, além de oferecer espaço para discussão, levantamento de problemas

e oportunidade de debate sobre temas de interesse dos cooperados. Com base nos resultados de um evento realizado pelo Sistema Ocemg, em 2011, que reuniu representantes de diversas cooperativas para discutirem e analisarem o desempenho de OQS, o estudo concluiu que essas instituições devem integrar o estatuto das cooperativas como órgão de ouvidoria, tal como o conselho fiscal. Ainda, segundo os autores, constata-se que a OQS é uma ferramenta estratégica complexa, mas muito importante ao desenvolvimento das cooperativas, por ser o mecanismo ideal para aquelas que visam complementar efetiva e eficientemente sua gestão econômica e social. ●



FINANÇAS EM COOPERATIVAS

Impactos dos padrões internacionais de contabilidade nas cooperativas brasileiras

Por: Ana Luísa G. Cavallari de Amorim

Sigismundo Bialoskorski Neto

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FEA-RP/USP)

TEMA DA PESQUISA

As novas normas de contabilidade ditadas pelo International Financial Reporting Standards (IFRS) e a Instrução do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC 14) indicam que as cotas-partes dos associados em cooperativas podem ser reclamadas e devolvidas a seus membros no momento de sua saída e deveriam ser contabilizadas no passivo, e não no capital social. Essa instrução altera as contas das cooperativas agropecuárias, causando impactos nos principais índices analisados:

endividamento e rentabilidade. Mediante simulação em Monte Carlo, foi analisado o impacto da adoção dessas novas regras nas maiores cooperativas brasileiras, concluindo-se que há influência significativa no índice de endividamento, menor proporção na rentabilidade e que as cotas-partes devem ser consideradas, em sua maioria, como capital social e patrimônio líquido da cooperativa, salvo exceções. ●

O impacto das fusões e incorporações sobre a eficiência técnica e de escala das cooperativas de crédito brasileiras

Por: Isis de Castro Amaral

Marcelo José Braga

Universidade Federal de Viçosa (UFV)

TEMA DA PESQUISA

As cooperativas de crédito brasileiras têm enfrentado dificuldades de alcançar novos mercados devido à independência das instituições. Tal característica inviabiliza o aumento da escala de operação e, consequentemente, a diluição de custos e riscos inerentes à atividade de intermediação financeira. O trabalho analisa o impacto das Fusões e Incorporações (F&A) sobre o nível de eficiência técnica e de escala das cooperativas que ingressaram em um desses processos. Para tanto, foram utilizados os *scores* de eficiência técnica e de escala para dois intervalos de tempo, um anterior e outro posterior à ocorrência da negociação. Os resultados mostram benefícios aos cooperados, que passaram a desfrutar de uma

instituição com maior potencial de diversificação de produtos e serviços, e mais vantagens monetárias evidenciadas pela melhora dos níveis de eficiência referentes às taxas médias de empréstimos e de remuneração dos depósitos praticados. Com relação às próprias cooperativas, as operações de F&A apresentaram melhor sustentabilidade financeira, o que contribuiu significativamente às condições de competitividade, gerando benefícios para todo o setor, colaborando, assim, para a credibilidade e expansão do sistema. Diante disso, infere-se que as fusões e incorporações constituem estratégia de crescimento e sobrevivência que deve ser adotada pelas demais cooperativas de crédito. ●

Análise de variáveis financeiras e estruturais de cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul

Por: Dieisson Pivoto

Caroline Pauletto Spanhol

Giana de Vargas Mores

Jessica Mota Faria

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)

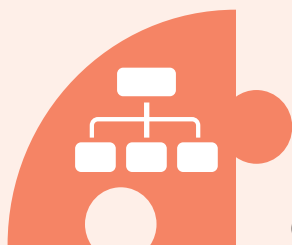
TEMA DA PESQUISA

O trabalho tem como objetivo analisar as variáveis financeiras (índices de liquidez, endividamento, faturamento e receita bruta) e estruturais (número de cooperados e colaboradores) das cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul. Para tal, os autores realizaram pesquisa bibliográfica somada à análise dos dados do Relatório Econômico-Financeiro de 50 cooperativas filiadas à Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul entre 2008 e 2010. Buscou-se identificar a existência de associações entre as variáveis, sugerindo uma classificação

das cooperativas no que tange a seu faturamento, ao número de cooperados e à participação do negócio de grãos na receita total da organização. Identificou-se grande variabilidade nos resultados, o que atesta que as cooperativas diferem tanto em tamanho (variáveis estruturais) como em aspectos financeiros. No entanto, ressalta-se que a análise tem sua importância assegurada por ser a primeira tentativa em direção à criação de uma classificação das cooperativas no Rio Grande do Sul. ●



Ilustração: Diego Pizzini



GOVERNANÇA CORPORATIVA EM COOPERATIVAS

Estudos de casos: modelos de gestão e políticas adotadas nas cooperativas de produção e comercialização da agricultura familiar na microrregião de Cerro Largo (RS) – Brasil

Por: Vitor Kochhann Reisdorfer
Fernando Reichert Haas
Universidade Nacional de Misiones (UNAM)

TEMA DA PESQUISA

O artigo analisa os modelos de gestão e as políticas de sete cooperativas de agricultura familiar situadas na microrregião de Cerro Largo (RS). Baseado em entrevistas fechadas (questionários) com diretores e cooperados – somadas à revisão bibliográfica quanto a modelos de gestão e análise de negócios – mapearam-se riscos e oportunidades de negócio destes empreendimentos. A dupla de pesquisadores produziu, também, diagnóstico

do modelo de gestão e das políticas em vigor nestas cooperativas. Em vista disso, eles propuseram sugestões de mudanças para o fortalecimento das cooperativas, tais como: promoção da gestão democrática, organização do quadro social, implementação de programas de educação e gestão e elaboração de políticas de distribuição de resultados, adesão de novos associados, assistência técnica e preços aos fornecedores. ●

Uma análise da separação entre a propriedade e a gestão nas cooperativas de crédito brasileiras

Por: Luana Zanetti Trindade
Sigismundo Bialoskorski Neto
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto
da Universidade de São Paulo (FEA-RP/USP)

TEMA DA PESQUISA

As práticas de governança corporativa adotadas pelas cooperativas de crédito brasileiras são o foco deste artigo da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP). O estudo traçou, portanto, uma correlação entre algumas variáveis de desempenho fornecidas pelo Banco Central (BC) e a separação entre a gestão e a propriedade da cooperativa. Atualmente, o BC recomenda às cooperativas de crédito profissionalizarem a gestão dos negócios, deixando aos proprietários (coope-

rados) o papel de fiscalizar os resultados e definir as diretrizes de atuação. Partindo dessa premissa, os pesquisadores analisaram uma série de indicadores de desempenho fornecidos pelo BC e concluíram que, quando há separação entre a propriedade e a gestão, obtém-se melhor *performance* no quesito governança. Tal modelo de gestão, no entanto, não apresenta correlação com o tamanho econômico e/ou financeiro do empreendimento. ●

O estágio atual da governança corporativa: o caso de uma cooperativa de trabalho médico, a Cooperativa ALFA

Por: Débora de Lima Andrade
Ilana Maria de Oliveira Maciel
Mirlane Magalhães Moreira
Universidade Federal do Ceará (UFC) e Sescoop/CE

TEMA DA PESQUISA

O modelo de governança corporativa da Cooperativa Alfa (CE), do Ramo Saúde, foi tema de um estudo de caso realizado por pesquisadoras da Universidade Federal do Ceará (UFC) em parceria com o Sescoop local. A pesquisa comparou a estrutura de gestão da entidade com as recomendações de boas práticas da governança estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). No que tange a sua atuação no mer-

cado, os resultados mostraram que as boas práticas do IBGC são vivenciadas dentro da Cooperativa Alfa. Vale destacar que o *case* serviu de modelo para verificar o formato de gestão baseado em estrutura regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, além de um Estatuto Social e Regimento Interno, ambos coerentemente redigidos, discutidos e aprovados pelos cooperados. ●

A influência da cultura de um povo na governança de uma cooperativa agroindustrial: um estudo de caso

Por: Elisiane Aparecida Antoniazzi
Jorge Augusto Gutierre Pona
Carla Maria Schmidt
Régio Márcio Toesca Gimenes
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

TEMA DA PESQUISA

Até que ponto a herança cultural de uma comunidade interfere no modelo de condução de um negócio? Esse foi o tema de uma pesquisa realizada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), em 24 de janeiro de 2012, com um gestor da Cooperativa Agrícola Industrial Agrária, em Guarapuava. Com o referencial teórico e as respostas do entrevistado, concluiu-se que existe forte influência da herança cultural dos coopera-

dos (em sua maioria, descendentes de imigrantes europeus) no atual modelo de governança da organização. Essas pessoas não só assumem cargos na cooperativa, como também adotam diretrizes e premissas para guiarem seu trabalho e seus valores culturais. Além disso, tais crenças impulsionam as ações sociais na comunidade, relacionadas ao sétimo princípio cooperativista. ●

Governança na piscicultura: a percepção dos produtores associados a uma cooperativa

Por: Heloiza Cristina Holgado-Silva
Erlaine Binotto
Elisabete Stradiotto Siqueira
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

TEMA DA PESQUISA

O que é mais importante na hora de estabelecer os custos de uma transação comercial entre uma cooperativa e seus

cooperados: confiança ou garantia de menor preço? Dispostas a encontrar uma resposta a essa e outras perguntas,

um trio de pesquisadoras do Mato Grosso do Sul entrevistou os cooperados de uma cooperativa de piscicultores do estado, para identificar quais fatores eles consideravam mais relevantes na hora de definir a Economia dos Custos de Transação (ECT). Para os entrevistados, os fatores mais importantes foram: confiança, relacionamento de longo prazo, regularidade na transação e comportamento

do consumidor. Já os atributos menos relevantes foram: garantia de preço mínimo e contratos formais. Destaca-se que o relacionamento de longo prazo foi identificado como fator capaz de aumentar o grau de confiança dos agentes econômicos, evidenciando-se também a relevância das reuniões da cooperativa no compartilhamento de informações. ●

Planejamento estratégico de Tecnologia de Informação em cooperativas de transporte de Belo Horizonte

Por: Alexandre Gatti Lages

Aleixina Maria Lopes Andalécio

Faculdade Novos Horizontes (FNH)

TEMA DA PESQUISA

Este artigo traz um alerta sobre a visão dos diretores, gestores e empregados das cooperativas de transporte de Belo Horizonte (MG). Por falta de conhecimento, eles não percebem a importância das novas Tecnologias da Informação (TIs) como ferramentas para o crescimento da empresa. Essa conclusão fundamentou-se em estudo junto aos gestores das cooperativas filiadas à Federação das Cooperativas de Transporte do Estado de Minas

Gerais (Fetranscoop/MG). Com as pesquisas realizadas, foi possível identificar – na opinião dos gestores – quais seriam as vantagens e desvantagens de implantar tais ferramentas na condução dos negócios. Contudo, os resultados foram pouco alentadores: os dirigentes das cooperativas não compreendem a relevância de um planejamento estratégico na área de TI. ●

Utilizando as mídias sociais para fidelizar o quadro social

Por: Alexandre Gatti Lages

Aleixina Maria Lopes Andalécio

Faculdade Novos Horizontes (FNH)

TEMA DA PESQUISA

Se bem utilizadas, as mídias sociais podem transformar-se em valiosas ferramentas de aproximação e fidelização dos associados de uma cooperativa. Essa foi a principal conclusão da pesquisa realizada em Minas Gerais sobre as vantagens e desvantagens desses novos canais de comunicação no quadro social de uma organização cooperativista de Belo Horizonte. Segundo resultados, os cooperados consideram as mídias sociais importantes para aumentar a interação da cooperativa, promover

maior aproximação entre os associados e expandir a divulgação de informações. Como vantagens, os entrevistados citaram: o contato direto, a interação mais rápida com o cliente, maior difusão de ações e eventos e mais agilidade na troca de experiências/monitoramento das informações de interesse da entidade. Quanto à desvantagem, citou-se a utilização incorreta da ferramenta para fins alheios aos interesses da cooperativa. ●

Governança corporativa como estratégia de gestão para as cooperativas do agronegócio

**Por: Gisele Alves Soares Rocha
Erlaine Binotto e Airson Batista
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)**

TEMA DA PESQUISA

O estudo apresenta uma discussão teórica em relação à governança corporativa como estratégia de gestão nas cooperativas do agronegócio. Enquanto o modelo cooperativo de trabalho mostra-se capaz de ser agente econômico fortemente atuante nesse setor, as cooperativas enfrentam um dilema ético em termos de mercado: crescer a ponto de confrontar empresas capitalistas, sem desprezar seus princípios de não geração de lucros e igualdade entre os associados. Por meio de pesquisa científica, constatou-se que a governança corporativa,

com suas diretrizes e mecanismos, pode contribuir com o crescimento sustentado das cooperativas do agronegócio, proporcionando estratégias que possibilitem a solidez e a eficiência do setor, sem ferir os valores da doutrina. Em síntese, segundo os autores, essa política é capaz de corrigir desequilíbrios, como falta de integralização de capital pelos associados; conflitos de interesses entre gestores e cooperados; controle e monitoramento da administração; e aumento da transparência da gestão. ●

Modelo diagnóstico de governança corporativa em cooperativas de saúde

**Por: Rafael Heliton Pereira Vilela
Serafim Firmo de Souza Ferraz
Universidade Federal do Ceará (UFC)**

TEMA DA PESQUISA

A governança corporativa em cooperativas de saúde ganha cada vez mais importância à medida que cresce a exigência, por parte dos cooperados, de garantias de que os gestores agirão de acordo com os seus interesses. Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho é propor um modelo de diagnóstico que permita avaliar o nível de adoção das práticas de governança corporativa no contexto das cooperativas desse ramo. Para isso, realizaram-se pesquisa teórico-conceitual e de campo junto a três cooperativas operadoras de plano de saúde da região metropolitana de Fortaleza (CE). Entre outras demandas,

identificou-se a necessidade de as cooperativas darem mais atenção aos *stakeholders*, clientes e cooperados, devido à primazia de sua relevância no contexto organizacional. Além disso, essas instituições precisam dar continuidade às ações para maior participação dos cooperados e avaliar o desempenho dos conselheiros de administração e dirigentes. Assim, acredita-se que esse estudo possa facilitar o aumento do nível de adoção de governança corporativa nas cooperativas de saúde que, porventura, não possuam ou precisem aprimorar a sustentabilidade organizacional em longo prazo. ●

Avaliação da imagem de uma cooperativa educacional na perspectiva de alunos e colaboradores

Por: Luciano Zamberlan

Pedro Luís Buttenbender

Ariosto Sparemberger e Eltton Zielke

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí)

TEMA DA PESQUISA

É cada vez mais perceptível às organizações a importância de manter uma boa imagem diante de seus públicos. Esse é, com certeza, um dos fatores considerados ao optar-se por determinado serviço ou produto. Nesse sentido, o modo como uma escola é percebida pode influenciar na qualidade do ensino, comprometer as atividades pedagógicas e motivar sua atuação administrativa. Nesse estudo, portanto, avaliou-se a imagem do Colégio Concórdia de Santa Rosa, cooperativa educacional de ensino básico, do Rio Grande do Sul. Para isso, tanto o público interno – professores e funcionários administrativos – quanto os

alunos responderam questionário no qual analisaram-se aspectos, como a infraestrutura, o trabalho pedagógico, o ambiente organizacional e a imagem da escola, cujos atributos mais bem avaliados foram a localização geográfica e a postura religiosa, humana, simpática e acolhedora. Diante disso, conclui-se que a força da imagem de uma escola relaciona-se diretamente à consistência de seus atos e à coerência entre seu discurso e sua ação. Comprova-se ainda que, para essas instituições, a imagem perante os públicos envolve muito mais que a simples divulgação ou publicidade, mas também postura adequada, consciência social e planejamento estratégico. ●

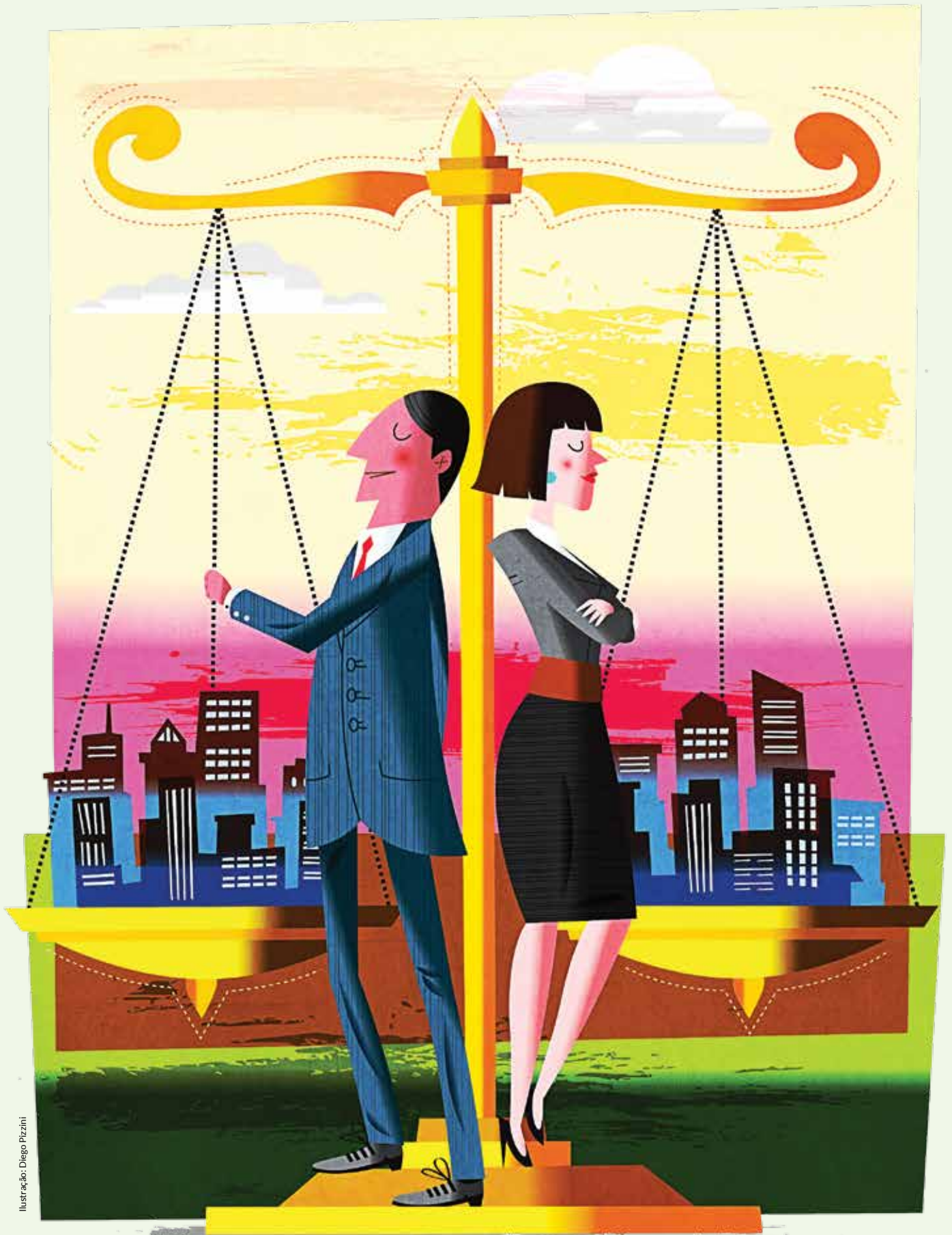


Ilustração: Diego Pizzini



LEGISLAÇÃO, TRIBUTAÇÃO E DIREITO EM COOPERATIVAS

Tributação das sociedades cooperativas: incidência de ISS sobre a prestação de serviços das cooperativas de trabalho

Por: Janaína Gomes da Silva
Faculdade Mineira de Direito (PUC/MG)

TEMA DA PESQUISA

A correta tributação das cooperativas brasileiras é o tema central da pesquisa desenvolvida na Faculdade Mineira de Direito (PUC/MG). Com foco na incidência do Imposto Sobre Serviço (ISS) sobre os serviços prestados pelas cooperativas de trabalho, o estudo recomenda a revisão das bases de cálculo do tributo. Segundo a pesquisadora, por não ser modelo de negócio que vise ao lucro e por ter finalidade social, a empresa cooperativa devia ter as alíquotas de ISS

reduzidas. Ela levanta informações a respeito da natureza jurídica das sociedades cooperativas, observando suas peculiaridades para definir o tratamento tributário apropriado a elas. A análise dos dados também levou a pesquisadora a outra conclusão: mesmo os atos “cooperativos” (realizados entre a cooperativa e o mercado) deveriam receber tratamento tributário diferenciado do tradicionalmente cobrado às empresas mercantis. ●

A demonstração do valor adicionado: um estudo de caso em sociedades cooperativas do Ramo Saúde

Por: Andreza dos Santos Souza
Paulo de Tarso Silva Braga
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Norte (IFRN)

TEMA DA PESQUISA

Apesar de sua importância para a economia do Rio Grande do Norte, as cooperativas de saúde de Natal carecem de algumas informações econômico-sociais. Essa é a principal conclusão do estudo de caso realizado pela dupla de pesquisadores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Norte (IFRN). O estudo recomenda o uso e a adoção da Demonstração do Valor Adicionado

(DVA), ressaltando a relevância de sua utilização perante agentes econômicos e *stakeholders*, como governo, financiadores e cooperados. Afinal, esses dados podem ser valiosos nos processos de tomadas de decisão e prestação de contas. Cabe ressaltar que, na avaliação dos pesquisadores, essas informações devem ser precisas, confiáveis e expostas em linguagem clara e acessível. ●



Ilustração: Diego Pizzini



PRINCÍPIOS, HISTÓRIA E DOUTRINA COOPERATIVISTA

E a cidade morria devagar: alguém que coopera, sua identidade indefinível e o indeciso entre a ciência do direito e a consciência do justo

Por: Guilherme Krueger
Instituto dos Advogados do Brasileiros (IAB)

TEMA DA PESQUISA

Escrito em formato de ensaio filosófico, o artigo tem por objetivo mostrar algumas convicções literárias do cooperativismo sob o ponto de vista de seus valores e, principalmente, dos mitos que a doutrina carrega. Mitos, até hoje, não estudados pela ciência. Assim, o trabalho faz uma reflexão sobre como as cooperativas são constituídas e revela os motivos pelos quais, nas entidades bem-sucedidas, encontram-se sempre pessoas

mais ligadas ao catolicismo do que à área jurídica. Nessa linha de pensamento, o ensaio faz uma integração possível entre a ciência do direito e a arte literária, por meio de fundamentos teológicos, a partir da carta encíclica escrita pelo Papa Bento XVI (*Caritas in Veritate*), de estudos filosóficos realizados por Martin Heidegger, Paul Ricoeur, Emanuel Lévinas e, ainda, dos conceitos da mitologia grega que permeiam a identidade narrativa do movimento. ●

A concepção de cooperativismo configurada pelo pensamento utópico

Por: Elisa Zwick

José Roberto Pereira

Universidade Federal de Lavras (UFLA)

TEMA DA PESQUISA

O artigo apresenta reflexão sobre a concepção dos principais socialistas utópicos (Saint-Simon, Charles Fourier e Robert Owen) em relação à gestão de cooperativas. O intuito é esclarecer alguns pontos dos conhecimentos teóricos sobre o cooperativismo no Brasil, até então limitados por estudos de caso ou técnico-

operacionais. Os utópicos conceberam uma sustentação teórica à gestão de cooperativas, vendo-a não somente para fins imediatos, mas como fator importante ao contexto social. O trabalho assinala, portanto, as contribuições dessas teorias antigas à doutrina moderna de cooperativas, independentemente do fator tempo. ●

A doutrina do cooperativismo nos tempos atuais

Por: José Odelso Schneider

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)

TEMA DA PESQUISA

Segundo o autor, as cooperativas e os empreendimentos solidários, quando administrados de forma coerente, contribuem para uma economia geradora de vida, justiça e participação. Esses empreendimentos geram bens e serviços destinados a satisfazer necessidades básicas dos associados, mas também podem ser excelentes escolas de aprendizagem sobre o complexo sistema administrativo, econômico, democrático e social, estimulando uma economia de serviços, e não de lucros. Disseminados entre a população, esses princípios opõem-se aos processos

capitalistas. O estudo apresenta, pois, um breve ensaio relativo a quatro contribuições ou funções relevantes do cooperativismo na sociedade e na organização econômica de hoje: democracia, cidadania, coesão social e economia da vida. Essas quatro funções são descritas à luz de suas doutrinas, concluindo-se que as organizações cooperativas são, possivelmente, as que apresentam a mais antiga, acumulada e diversificada das experiências, em termos de empreendedorismo, no campo da economia social e solidária. ●

Princípios cooperativistas: uma discussão sobre sua evolução e a proposta de uma agenda de pesquisa

Por: Airton Cardoso Cançado

TEMA DA PESQUISA

O ensaio sistematiza e dá continuidade à discussão quanto às origens e à evolução do movimento cooperativista e de seus princípios norteadores. A análise apoia-se, essencialmente, na literatura sobre o tema e demonstra a diversificação do quadro técnico sobre cooperativismo. O autor cita discussões acerca da história do movimento e de seus princípios, consultando, também, a legislação cooperativista brasileira (Lei nº 5.764/1971). O texto permite um vislumbre quanto à influência da primeira experiência cooperativista moderna em Rochdale, em 1844, a qual originou os princí-

plos da doutrina em vigor até hoje, mantendo a identidade do cooperativismo e reforçando a diferença entre cooperativas e organizações mercantis. Também analisa os princípios próximos à obrigatoriedade da adesão às cooperativas, sobretudo por parte de órgãos governamentais. Segundo o pesquisador, essa obrigatoriedade fere o princípio de adesão livre e voluntária e pode, inclusive, ser a causa de insucesso de muitas experiências cooperativistas no Brasil. Quanto à gestão democrática, o estudo aponta que tal modelo pode tornar o processo mais lento e recomenda a busca de estratégias específicas capazes de amenizar esse entrave. ●



Ilustração: Diego Pizzini



RESPONSABILIDADE E SUSTENTABILIDADE SOCIAL

Responsabilidade e sustentabilidade social: uma análise da evolução dos investimentos sociais das cooperativas mineiras

Por: Cristina Caetano de Aguiar
Universidade Federal de Viçosa (UFV)

TEMA DA PESQUISA

A Responsabilidade Social (RSA) é um conceito inerente aos princípios e valores do cooperativismo, integrando a filosofia e o modelo de gestão do movimento desde sua fundação no século XIX. Enquanto as empresas tradicionais só despertaram para a RSA em meados dos anos 1980, as cooperativas pautam sua atuação por estes princípios desde sua concepção. Diante disso, para verificar as principais atividades de RSA desenvolvidas pelas cooperativas mineiras ligadas à Organização

das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (Ocemg), a pesquisadora estudou os balanços sociais publicados por estas entidades nos últimos quatro anos. Após análise, concluiu-se que a prática da RSA é o caminho para alcançar a sustentabilidade. Afinal, as cooperativas, devido aos seus princípios e valores, são empreendimentos que atuam a favor da sustentabilidade da comunidade onde estão inseridas. ●



A gestão ambiental nas cooperativas do estado do Amazonas: uma estratégia rumo ao desenvolvimento sustentável?

Por: Jefferson Davis de Andrade Lessa
Nora Beatriz Presno Amodeo
Universidade Federal de Viçosa (UFV)

TEMA DA PESQUISA

O artigo contribui com as discussões sobre as medidas institucionais que promovem o desenvolvimento sustentável das cooperativas do estado do Amazonas. Tais ações foram identificadas e classificadas a partir dos documentos publicados por estas entidades. Apesar dos casos considerados positivos, concluiu-se que o potencial do cooperativismo amazonense ainda é

pouco explorado como estratégia para a disseminação da sustentabilidade socioeconômica destes empreendimentos. Os resultados também sugerem a realização de diagnóstico anterior ao planejamento de ações destinadas ao aprimoramento do sistema cooperativista do estado. ●

A Fundação Aury Luiz Bodanese e o cooperativismo

Por: Isabel Cristina Trierveiler Machado
Patricia Heffel
Cooperativa Central Aurora Alimentos e Fundação Aury Luiz Bodanese (FALB)

TEMA DA PESQUISA

Mantida pela Cooperativa Central Aurora Alimentos, a Fundação Aury Luiz Bodanese (FALB), desde a sua revitalização em 2008, realiza ações nos eixos cultural, social e ambiental. Após analisarem os programas desenvolvidos pela Fundação nos últimos

anos, as pesquisadoras concluíram que a FALB dá continuidade aos princípios e valores cooperativistas em todas as suas ações, preservando os ideais de seu idealizador, Aury Luiz Bodanese, e da Aurora Alimentos. ●

Responsabilidade Social Empresarial nas cooperativas agropecuárias paranaenses

Por: Jorge Augusto Gutierre Pona
Thiago Henrique Moreira Goes
Régio Márcio Toesca Gimenes
Pery Francisco Assis Shikida
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e Universidade Paranaense (Unipar)

TEMA DA PESQUISA

Atuar de maneira socialmente responsável é uma prática entendida como fonte de ganhos competitivos e estratégicos para qualquer empreendimento. Disposto a comprovar esta premissa, um grupo de pesquisadores paranaenses estudou como as cooperativas agropecuárias do Paraná comportam-se frente a essa temática. Por meio de questionários aplicados junto a

todas as cooperativas agropecuárias em atividade na região, verificou-se que, ao perceberem o interesse de seus clientes por produtos alinhados às práticas de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), estas instituições passaram a adotar práticas e ações mais efetivas neste sentido. ●

Como o cooperativismo e a responsabilidade socioambiental podem caminhar juntos: um relato de experiências em comunidades rurais do Nordeste

Por: Antônio Olavo Souza

Denise Cássia Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)

TEMA DA PESQUISA

O baixo nível de escolaridade aliado à cultura machista do nordestino é um entrave importante à implantação e ao desenvolvimento do cooperativismo no interior do Rio Grande do Norte. Esta é a principal conclusão de estudo realizado por uma dupla de pesquisadores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). No artigo, os pesquisadores relatam a experiência dos professores do curso técnico em cooperativismo da cidade de João Câmara (RN). Inicialmente, os docentes ofereceram essa capacitação a trabalhadores locais, mas foram surpreendidos pela resistência dos

homens em aceitar ingerências em suas decisões e em participar de trabalhos coletivos. Diante deste cenário, os professores mudaram a estratégia de trabalho, dando prioridade à qualificação de mães e filhas. Este grupo de mulheres passou a fabricar sabão artesanal com óleo residual e, com as vendas do produto, geraram emprego e renda para suas famílias e para a comunidade. A expectativa é que essa bem-sucedida experiência ajude a transformar o comportamento e a atitude dos homens da região. É possível que os resultados obtidos coletivamente pelas mulheres ajude o grupo a abandonar práticas individualistas e a confiar na cooperação. ●

**O COOPERATIVISMO
TAMBÉM SE FAZ
COM PESQUISA
E CIÊNCIA.
PARTICIPE!**






**Quem semeia cooperação
colhe um futuro melhor.**

O Ano Internacional das Cooperativas passou. Mas para todos nós, do movimento cooperativista, 2012 foi o início de um futuro cada vez mais promissor. No Brasil, já somos mais de dez milhões de cooperados, vinculados a 6.586 cooperativas em 13 ramos de atividades. Um milhão só do Ramo Agropecuário. E a estimativa é que, em cerca de cinco anos, existam mais de 12 milhões de brasileiros ligados ao setor. Por tudo isso, o Sistema OCB tem uma certeza: o futuro é cooperativista!

www.brasilcooperativo.coop.br



SistemaOCB
CNCOOP - OCB - SESCOOP



Inscriva-se no PDGC. Sua cooperativa cresce e os resultados aparecem

Quer aumentar a produtividade
e a rentabilidade da sua
cooperativa? Inscriva-se no PDGC.

Além de promover boas práticas de
gestão, você faz um diagnóstico do
planejamento estratégico, gestão,
governança, relacionamento com o
cooperado, dentre outros. Com isso,
melhora os projetos e os resultados
da sua cooperativa.

Participe! Acesse <http://pdgc.brasilcooperativo.coop.br>
ou procure a unidade do Sescop no seu estado.